

Análise das práticas sustentáveis na Indústria Têxtil e do Vestuário: Estudo dos Relatórios de Sustentabilidade no Brasil

Raquel Rodrigues da Rocha

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Empreendedorismo e Criação de Empresas
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Arminda Maria Finisterra do Paço

Outubro de 2021

Dedicatória

Aos meus pais, por serem meu porto seguro

Agradecimentos

À minha família e amigos que acreditaram em mim e por todo apoio e motivação que me deram para finalizar esta etapa da minha vida; aos meus colegas de curso e à professora Dra. Maria José Madeira, pelo suporte fundamental que me deram ao longo desta estrada. Agradeço à professora Dra. Arminda do Paço, pela paciência, confiança, orientação e sugestões dadas ao longo da construção deste trabalho. Por fim, agradeço ao meu namorado, por me ajudar à não desistir e pelas palavras de incentivo.

Resumo

Atualmente, o desenvolvimento sustentável faz parte das agendas de países, governos, investidores e empresas. A alta competitividade do mercado faz com que as empresas mudem seus estilos de negócios e adotem práticas sustentáveis para conseguirem sobreviver. Neste contexto, a indústria têxtil têm apresentado esforços cada vez maiores para implementar a sustentabilidade, no entanto, este é um campo de estudo pouco explorado, especialmente em países em desenvolvimento. Desta forma, a presente investigação, teve como objetivo identificar as práticas de sustentabilidade adotadas pela indústria têxtil tendo em conta os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, ambiental e social.

Esta investigação, apoiou-se no modelo do Triple Bottom Line de John Elkington (1994) e em uma abordagem metodológica qualitativa, para responder ao objetivo proposto. Como técnica de recolha de dados, foi realizada uma análise documental dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor têxtil do ano de 2020, que possuíam os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI) para sua publicação. Para análise dos dados, recorreu-se a uma análise de conteúdo e foi utilizado o software Nvivo para auxiliar no processo. Os resultados obtidos mostram que as práticas da sustentabilidade ambiental e social, são as mais implementadas pelas empresas, enquanto as práticas econômicas, foram muito pouco exploradas. Apesar disso, um foco especial foi dado a fornecedores, principalmente na perspectiva social da sustentabilidade, o que ilustra o compromisso dos países em desenvolvimento com estes *stakeholders*.

Palavras-chave

Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade; GRI; Indústria Têxtil; Brasil; TBL

Abstract

Currently, sustainable development is part of the agendas of countries, governments, investors and companies. The highly competitive market makes companies change their business styles and adopt sustainable practices in order to survive. In this context, the textile industry has shown increasing efforts to implement sustainability, however, an underexplored field of study is found in developing countries. Thus, this investigation aimed to identify the sustainability practices adopted by the textile industry in the three pillars of sustainable development: economic, environmental, and social.

This investigation was based on John Elkington's (1994) Triple Bottom Line model and a qualitative methodological approach to answer the proposed objective. As a data collection technique, a documental analysis was carried out of the sustainability reports of Brazilian companies in the textile sector for the year 2020, which had the standards of the Global Reporting Initiative (GRI) for publication. For data analysis, a content analysis was used and the Nvivo software was used to assist in the process. The results obtained show that environmental and social sustainability practices are the most implemented by companies, while economic practices were very little explored. Despite this, a special focus was given to suppliers, mainly from the social perspective of sustainability, which illustrates the commitment of developing countries to these stakeholders.

Keywords

Sustainable development; Sustainability; GRI; Textile Industry; Brazil; TBL

Índice

Lista de Figuras.....	ix
Lista de Tabelas.....	xi
Lista de Acrónimos.....	xiii
1 Introdução.....	1
2 Enquadramento Teórico	4
2.1 Desenvolvimento Sustentável	4
2.2 Dimensões do Desenvolvimento Sustentável	6
2.2.1. Sustentabilidade Econômica	7
2.2.2. Sustentabilidade Ambiental.....	8
2.2.3. Sustentabilidade Social	9
2.3 Relatórios de Sustentabilidade	10
2.4 Sustentabilidade e a Indústria têxtil	13
2.4.1. Indústria têxtil Global e Seus Impactos.....	14
2.4.2. Indústria Têxtil no Brasil: uma breve contextualização.....	17
2.4.3. O Panorama da Sustentabilidade na Indústria têxtil.....	19
2.5 Práticas Sustentáveis na Indústria Têxtil.....	21
2.5.1. Práticas Econômicas.....	22
2.5.2. Práticas Ambientais.....	23
2.5.3. Práticas Sociais.....	25
3 Metodologia.....	27
3.1 Metodologia e Instrumento de Recolha de dados.....	27
3.2 Amostra e Coleta de dados	27
3.3 Análise de dados	29
4 Resultados	33
4.1 Identificação das Práticas Implementadas	33
4.1.1. Econômicas	34
4.1.2. Ambientais	35
4.1.3. Sociais	37
4.2 Práticas Relevantes Encontradas	40
5 Discussão dos Resultados	43
6 Conclusões, Limitações e Investigações Futuras	49
Referências Bibliográficas.....	52

Lista de Figuras

Figura 1: Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	6
Figura 2: Estrutura da Produção Têxtil Global	15
Figura 3: Cadeia de valor têxtil	15
Figura 4: Dimensões e Indicadores do Tex Index Brasil	19

Lista de Tabelas

Tabela 1: Normas Específicas GRI – Tópicos Econômicos 200	12
Tabela 2: Normas Específicas GRI – Tópicos Ambientais 300	12
Tabela 3: Normas Específicas GRI – Tópicos Sociais 400	12
Tabela 4: Práticas Econômicas Sustentáveis da Indústria têxtil	23
Tabela 5: Práticas Ambientais Sustentáveis da Indústria têxtil	24
Tabela 6: Práticas Sociais Sustentáveis da Indústria têxtil	26
Tabela 7: Amostra de Dados	28
Tabela 8: Práticas Econômicas para Análise de Conteúdo	29
Tabela 9: Práticas Ambientais para Análise de Conteúdo	30
Tabela 10: Práticas Sociais para Análise de Conteúdo	31
Tabela 11: Total de Práticas Implementadas	33
Tabela 12: Práticas Econômicas Implementadas	34
Tabela 13: Práticas Ambientais Implementadas	36
Tabela 14: Práticas Sociais Implementadas	38
Tabela 15: Práticas mais implementadas por Pilar da Sustentabilidade	41
Tabela 16: Estrutura das Práticas em acordo com o Modelo TBL	48

...

Lista de Acrónimos

DS	Desenvolvimento Sustentável
TBL	Triple Bottom Line
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
GRI	Global Reporting Initiative
ONU	Organização das Nações Unidas
ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
TC	Têxtil e Confecções

Capítulo 1

Este capítulo abrange a introdução, na qual se apresenta a contextualização e importância do tema. De seguida faz-se a descrição do objetivo geral e específicos. Por último apresenta-se a estrutura geral desta investigação.

1 Introdução

A necessidade da adoção de práticas mais sustentáveis nas empresas já é uma realidade. A preocupação dos investidores, consumidores, empresas, governos e países com o desenvolvimento sustentável é crescente (Baumgartner & Ebner, 2010). Isso porque o mercado está em permanente transformação, tornando-se mais dinâmico, tecnológico e competitivo (Lee & Seo, 2018). As diferentes formas pelas quais a sustentabilidade é abordada refletem padrões de comportamento quotidiano que precisam estar vinculados as novas realidades e às mudanças de consciência associadas (Redclift, 2005). Assim, para a sustentabilidade ser alcançada, a mudança da visão do mundo em escala individual e global é necessária (Kemper, Hall, & Ballantine, 2019) e planejamentos a longo prazo e estratégias bem definidas são essenciais para as empresas e economias suportarem essas mudanças.

Os esforços da Organização das Nações Unidas (ONU) para um desenvolvimento mais sustentável à escala mundial, em prol de uma economia mais circular e produção com menos desperdícios, são cada vez maiores. Um exemplo disso, é a adoção da Agenda 2030, que visa concretizar até o ano 2030, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, colocando em prática medidas que visam uma política econômica global voltada para a sustentabilidade em suas três dimensões: a econômica, a ambiental e a social (ONU, 2015). Outro exemplo prático, é o grande crescimento na quantidade de relatórios anuais de sustentabilidade que estão sendo publicados, principalmente por grandes empresas (Roca & Searcy, 2012; Stewart & Niero, 2018).

Esses relatórios, são uma forma voluntária das empresas comunicarem às partes interessadas as suas estratégias, compromissos e desempenho em prol da sustentabilidade e de um desenvolvimento mais sustentável (Leoneti, Nirazawa, & Oliveira, 2016). Também podem constituir uma ferramenta ao dispor das empresas, para que estas comuniquem e eduquem os consumidores sobre suas práticas sustentáveis (Lou & Cao, 2019). Consequentemente, um número crescente de acadêmicos tem usado relatórios de sustentabilidade como fonte para investigar as práticas sustentáveis realizadas pelas empresas (Stewart & Niero, 2018).

Neste contexto, urge falar da indústria têxtil e de vestuário, que é considerada umas das mais poluentes desde seu início do processo de produção, com a seleção do material a ser utilizado, até o transporte, venda e descarte do produto (Lou & Cao, 2019). Sua cadeia de valor gera um impacto negativo significativo nos três pilares da sustentabilidade (DiVito & Bohnsack, 2017). Na literatura, a maior parte dos estudos sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade neste setor, referem-se a regiões mais desenvolvidas (Nayak, Akbari, & Maleki Far, 2019), como a indústria em países da Europa e da América do Norte (Desore & Narula, 2018; Notten, 2020). Assim, outros pesquisadores identificaram a falta e a necessidade de investigações com foco nos países em desenvolvimento (Kamal & Deegan, 2013; Köksal et al., 2017; Desore & Narula, 2018; Rotimi, Topple, & Hopkins, 2021; Islam, Perry, & Gill, 2021).

Nota-se então, uma lacuna de investigação, evidenciando a escassez de pesquisas que abordem o tema da sustentabilidade na indústria têxtil em países em desenvolvimento. Dessa forma, o Brasil foi definido como contexto para o desenvolvimento desta investigação, uma vez que o país além de possuir a quinta maior indústria têxtil do mundo (ABIT, 2019), se enquadra na lacuna identificada. Ao mesmo tempo, verifica-se na literatura, que apesar dos estudos sobre práticas de sustentabilidade estarem crescendo, uma grande parte concentra-se em abordar apenas um dos três pilares da sustentabilidade, onde a escolha de qual vai ser utilizado depende do foco e do objetivo do estudo (Gibbes et al., 2020). Dessa forma, esta investigação também contribui para preencher essa lacuna ao ser mais ampla.

Assim, esta investigação tem o objetivo de identificar as práticas de sustentabilidade adotadas pela indústria têxtil tendo em conta os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, ambiental e social. Como objetivo específico, procura também identificar qual o pilar da sustentabilidade mais implementado pelas empresas e verificar quais temas dos pilares econômico, ambiental e social são mais relevantes para o setor. Para alcançar os objetivos, foi realizada uma análise de conteúdo aos relatórios de sustentabilidade de empresas têxteis brasileiras.

A presente investigação está estruturada em seis capítulos. O primeiro capítulo, se refere à introdução, foi contextualizado o estudo, bem como sua importância e justificativa. No segundo capítulo, é abordado o enquadramento teórico, onde foi realizada a revisão da literatura sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; relatórios de sustentabilidade e impactos e práticas da indústria têxtil. No capítulo três apresenta-se a

metodologia, onde foi descrito o tipo de estudo, a coleta de dados e o método da análise utilizado. No quarto e no quinto encontra-se a análise dos resultados deste estudo e suas discussões. Por último (capítulo seis), apresentam-se as conclusões, limitações e futuras linhas de investigação.

Capítulo 2

Este capítulo apresenta o Enquadramento Teórico desta investigação. No qual serão abordados os conceitos do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Seguido da conceituação sobre relatórios de sustentabilidade. Por último, encontra-se conceitos e definições relacionadas à indústria têxtil e suas práticas de sustentabilidade.

2 Enquadramento Teórico

2.1 Desenvolvimento Sustentável

A Teoria do Desenvolvimento Sustentável é relativamente recente. Os autores Shi et al. (2019) separam a sua evolução em três principais fases: 1) o período inicial da Teoria, antes de 1972, que foi marcado pelas questões ecológicas e preservação de recursos naturais; 2) o período de modelagem da Teoria (1972-1987), que foi marcado pelo início das definições de Desenvolvimento Sustentável (DS) pela Conferência das Nações Unidas de Estocolmo em 1972 e pela definição do Relatório Brundtland 1987; 3) e pelo período após 1987 até hoje, onde o DS foi "transferido" de um conceito para uma ação global pela primeira vez e foi marcado pela Conferência do Rio em 1992.

O termo desenvolvimento sustentável (DS) se popularizou após a publicação do Relatório Brundtland da Comissão Mundial do Desenvolvimento Sustentável. Segundo esse relatório desenvolvimento sustentável “*é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades*” (WCED, 1987. p. 43). É um desenvolvimento que interliga políticas ambientais, processos econômicos e sociais. Essa definição do Relatório de Brundtland ainda é amplamente aceita, pois é o ponto de partida para os estudos sobre o desenvolvimento em escalas ecológicas, econômicas e de equidade. (Sneddon, Howarth, & Norgaard, 2006).

Apesar de o conceito apresentado acima, ter sido um início para preocupações com o DS, segundo Almeida (2002), as empresas só começaram a ter uma ação pró-ativa, ao invés de reativa, quando foi publicado o livro “Mudando o Rumo – Uma Perspectiva Empresarial Global sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente”, em 1992. Que trouxe conceitos de ecoeficiência e perda de valor produtiva, onde o controle ambiental deixou de ser algo hostil (Almeida, 2002) e passou a ser visto como uma vantagem competitiva estratégica (Elkington,

1994). Como resultado, muitas empresas começaram a integrar o DS em seus sistemas de planejamento, para tentarem alcançá-lo (IISD, 1992).

Em 1994 John Elkington (1994) introduziu o modelo do “Triple Bottom Line” (TBL), que consiste nos fatores apontados no Relatório Brundtland: ambiental, econômico e social. Segundo o autor a sustentabilidade é o equilíbrio entre esses três pilares e apesar de muitas vezes haver a priorização de um deles, o DS deve ser ambientalmente correto, economicamente viável e socialmente justo (Elkington, 1994). Young & Tilley (2006), argumentam que os pilares econômico e social se relacionam com o ambiental, buscando crescimento econômico, levando em conta a missão de impactos positivos para a sociedade. Já o pilar econômico se relaciona com o ambiental através do crescimento econômico, proteção ambiental e soluções regenerativas por parte das empresas. E o pilar social se relaciona com o ambiental, buscando a equidade ecológica e um consumo mais sustentável (Young & Tilley, 2006).

Nesse sentido, o objetivo central do DS é que no processo de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento econômico, as pessoas não devem sobreviver à custa de prejudicar o meio ambiente ecológico e devem aderir e implementar o conceito de DS (Stafford-Smith et al., 2017). Ou seja, o DS *“objetiva o crescimento econômico sem agressão ambiental humana, tem uma visão de longo prazo em relação às gerações futuras, abrange o ambiental, o econômico e o social em equilíbrio mútuo, propõe mudança no comportamento da humanidade, por meio de estratégias que envolvem processos e práticas”* (Feil & Schreiber, 2017. p. 10).

O conceito de DS, assim como seus objetivos, evoluíram gradualmente de uma vaga definição conceitual e um fator único de uso sustentável, a uma ação global que contem uma sabedoria prática cada vez maior (Shi, Han, Yang, & Gao, 2019). Um exemplo disso, é a "Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável", que constitui uma iniciativa para promover um desenvolvimento mundial com base nos princípios da sustentabilidade. São 17 os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para a Agenda 2030 e podem ser divididos em quatro aspetos: economia, sociedade, meio ambiente e governança (Lu et al., 2015). Tratam de temas desde a erradicação da pobreza a parcerias para implementação dos objetivos, e pretendem gerar benefícios para todos e para o planeta:



Figura 1: Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: Unesco (2021)

Uma empresa que vise o DS, foca-se em estratégias de negócios e atividades que atendam às suas necessidades e de suas partes interessadas hoje, enquanto sustenta e melhora os recursos humanos e naturais que serão necessários no futuro (IISD, 1992). Dessa forma, Parrish (2008) destaca que a sustentabilidade nas empresas, afeta as práticas sociais e ambientais dos negócios, de modo que as empresas funcionam como ferramenta dos empreendedores, enquanto o DS é importante para o cenário institucional da sociedade como um todo. O autor argumenta que o DS interliga questões do nosso bem-estar com nosso lugar no mundo natural e precisa contemplar os três pilares da sustentabilidade de forma que as empresas tenham responsabilidade social e ecoeficiência (Parrish, 2008). Nesse sentido, Schaltegger e Wagner (2011), defendem que as empresas são um dos principais motores do desenvolvimento sustentável. Para os autores, só através de inovações, metas ambientais, criação de valor social e econômico, é que a sustentabilidade é alcançada, e, conseqüentemente, mudanças de mercado e da sociedade, acontecem de maneira substancial (Schaltegger & Wagner, 2011). Assim, a sustentabilidade é a meta, o parâmetro a ser alcançado, enquanto o DS é a estratégia definida para tal (Feil & Schreiber, 2017).

2.2 Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Essa dissertação aborda conceitos de sustentabilidade e do DS como práticas conjuntas (Feil & Schreiber, 2017); assim, a sustentabilidade nas empresas envolve os três pilares do desenvolvimento sustentável e procura um equilíbrio econômico, social e ambiental, para criar valor às empresas (Cohen, Smith, & Mitchell, 2008). No entanto, até o momento, percebe-se um desequilíbrio conceitual que compõe os três pilares do Triple Bottom Line, sugerindo que a literatura sobre sustentabilidade ainda é separada por *clusters* (Hallinger,

2020). Da mesma forma, outros autores também identificaram que, na prática, há uma dificuldade de integrar considerações ambientais, sociais e econômicas de uma maneira que englobe todas as interações e ligações e maximize os ganhos e as vantagens (Pope, et al., 2004; Pieroni et al., 2019). Assim, abaixo, serão apresentados os conceitos de sustentabilidade em seus três pilares, para uma melhor compreensão desta investigação.

2.2.1. Sustentabilidade Econômica

Kim e Kim (2017), identificaram que é difícil identificar conceitos da dimensão econômica no contexto do *Triple Bottom Line*. Os autores argumentam que a qualidade está intimamente ligada ao preço e ao custo, o que significa que uma empresa não visa apenas o baixo custo e o preço ideal, mas também a melhoria da qualidade (Kim & Kim, 2017). Assim, embora não haja um conceito que possa estimar diretamente essa dimensão, pelo enfoque do desenvolvimento sustentável, conceitos como preços e custos, bem como desempenho das demais dimensões podem ser considerados (Kim & Kim, 2017).

Cohen & Winn (2007), argumentam que esta dimensão foca nas oportunidades e na utilização de recursos para que as empresas alcancem modelos de negócio duradouros e muitas vezes não se preocupam com as consequências que advêm de sua exploração. Por outro lado, segundo Gibbes et al. (2020), a sustentabilidade econômica está relacionada com a utilização dos recursos de forma rentável, pode ser definida como produção ou a extração de recursos naturais preservando os mesmos, para futuras produções. Também é através dela que as empresas proporcionam serviços para comunidade, possibilitando um melhor padrão de vida para a sociedade, por meio de suas atividades formais e informais (Almeida, 2002).

Segundo Delai e Takahashi (2008), seu objetivo é a avaliação da geração de valor de curto e longo prazo e o seu bom relacionamento com acionistas e investidores. Onde seus processos criam oportunidades, tendo em vista os ganhos e os investimentos, sem deixar de considerar custos presentes e futuros (Almeida, 2002). Ou seja, é através da sustentabilidade econômica que as empresas incorporam seu desempenho econômico de longo prazo e planejam suas estratégias operacionais para continuarem em funcionamento (Dyllick & Hockerts, 2002; Bonn & Fischer, 2011).

Essa dimensão, contribui então com o aumento da produção e das atividades desenvolvidas pelas empresas, sem prejudicar o meio ambiente e a sociedade, sendo essencial para o

desenvolvimento sustentável (Pieroni et. al., 2019) e para a criação de valor ambiental e social futuro (Almeida, 2002).

2.2.2. Sustentabilidade Ambiental

O objetivo desta dimensão é o bem-estar e a capacidade de manter a qualidade e diversidade do ecossistema e contribuir para elaboração de estratégias e oportunidades proativas em direção a um desenvolvimento sustentável (Gast, Gundolf, & Cesinger, 2017). Nas empresas, visa a preservação ambiental, através da identificação e exploração de oportunidades de negócios, podendo desenvolver produtos e serviços que não prejudiquem o meio ambiente (Spiegler & Halberstadt, 2018). Isto é, a sustentabilidade ambiental procura a preservação e restauração para o funcionamento ecológico, de forma a equilibrar interesses ambientais e econômicos (Gibbes et al., 2020).

Almeida (2002), argumenta que a dimensão ambiental considera o impacto negativo das atividades das empresas sobre os recursos naturais e o meio ambiente. Segundo o autor, as empresas precisam produzir mais (mais qualidade) e melhor (com menos poluição e recursos naturais), para então alcançarem uma verdadeira ecoeficiência (Almeida, 2002). Portanto, a gestão dos recursos naturais nos processos e atividades das empresas, é essencial para que estes, não produzam impacto negativo ao meio ambiente (Delai & Takahashi, 2008).

Está relacionada com as outras dimensões da sustentabilidade, uma vez que está ligada a sustentabilidade social, com preocupações éticas, através da ênfase de um ambiente ético de trabalho nas empresas e papéis éticos do consumidor (Kim & Kim, 2017). E se relaciona com a dimensão econômica, através de práticas que podem afetar positivamente o desempenho econômico e o resultado financeiro das empresas (Mafini & Muposhi, 2017).

Nesse sentido, a implementação desta dimensão está fortemente relacionada com a imagem da empresa. Freise & Seuring (2015), argumentam que as empresas ao implementarem práticas da sustentabilidade ambiental, podem alcançar uma diferenciação competitiva, além de proporcionar uma melhor relação e gestão de seus *stakeholders*. Assim, é necessário que as empresas incluam em seus objetivos os cuidados com meio ambiente e com a contínua melhoria de sua reputação (Almeida, 2002).

2.2.3. Sustentabilidade Social

A dimensão da sustentabilidade social é considerada fundamental para o desenvolvimento sustentável (Colantonio, 2009), é um conceito multidisciplinar que pode estar ligado a vários outros. Está focada no desenvolvimento de programas e processos que promovam a interação social e o enriquecimento cultural (Khan, 2016). Diz respeito a como o indivíduo e a sociedade como um todo vivem e se desenvolvem, sem deixar de se preocupar com os limites com seus lugares no planeta (Colantonio, 2009).

Weingaertner & Moberg, (2014), argumentam que a sustentabilidade social pode ser vista principalmente por três aspectos chave: capital humano, bem-estar e capital social. As autoras afirmam que o capital humano refere-se ao indivíduo, suas experiências e habilidades; enquanto o bem-estar está ligado ao estado físico e mental de se sentir bem e saudável; e o capital social, refere-se às organizações civis, movida pela confiança e facilidade de ação coletiva, e regulam as interações entre as pessoas e seus grupos sociais (Weingaertner & Moberg, 2014). Nos quais, o contexto e as condições locais, influenciam diretamente, quais aspectos da sustentabilidade social serão mais relevantes (Weingaertner & Moberg, 2014).

Nesse sentido, a sustentabilidade social também pode desempenhar um papel essencial nos negócios, que têm influência no bem-estar dos seus colaboradores e partes interessadas, ou na sociedade como um todo (Bebbington, 2008). Assim, esta dimensão está relacionada com uma maior equidade social, melhores níveis de qualidade de vida, relações solidárias e cooperativas, e abrange tanto o ambiente interno quanto o externo das empresas (Almeida, 2002). Nesse contexto, muitas vezes também está ligada a conceitos como ética, trabalho e fábricas (Kim & Kim, 2017) e aborda temas como treinamento, educação e desenvolvimento de funcionários e da comunidade no geral (Delai & Takahashi, 2008).

Köksal et al. (2017), argumentam que a orientação interna da empresa é o principal fator para auxiliar nas práticas sociais da sustentabilidade. Pois ela impacta significativamente a gestão do risco social, através da validação da importância da ação social para proprietários e funcionários, onde as ações sociais precisam fazer parte da cultura corporativa e ter alta prioridade no dia a dia dos negócios (Freise & Seuring, 2015).

A sustentabilidade social procura então, a mitigação dos riscos sociais, como a instabilidade de emprego e rendimento, o trabalho excessivo, salários baixos, e as más condições de trabalho em geral (Notten, 2020), podendo ser implementada através de ações que abrangem

desde o desenvolvimento e qualificação de habilidades, até desigualdades como um todo (Colantonio, 2009). E sempre, sem deixar que suas ações prejudiquem as gerações atuais e futuras de utilizarem os recursos sociais de forma saudável (Khan, 2016).

2.3 Relatórios de Sustentabilidade

A mensuração da sustentabilidade começou a ter relevância após a divulgação da Agenda 21, onde se destacou a importância da sustentabilidade na tomada de decisão em todos os níveis da sociedade (Delai & Takahashi, 2008). Almeida (2002), argumenta que com as questões de sustentabilidade estão a ganhar força no mundo todo, e se tornou essencial medir a sustentabilidade. Segundo o autor, a pressão por maior transparência e maior entrega de informações fez as empresas começarem a publicar relatórios para informar seus stakeholders sobre o desempenho de seus negócios (Almeida, 2002).

Nesse sentido, seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável, os relatórios de sustentabilidade são uma ferramenta formal (Kim & Kim, 2017) para as empresas publicarem e comunicarem informações sobre seus impactos econômicos, ambientais e sociais e mostrarem como contribuem para o desenvolvimento sustentável (GRI, 2016). Esses Relatórios são estruturados através de indicadores de sustentabilidade que têm o objetivo de padronizar e estruturar questões-chave e tendências relevantes para o DS (Leoneti et al., 2016).

Nos últimos anos, o número de empresas que compartilham detalhes sobre suas iniciativas de sustentabilidade em relatórios disponíveis ao público têm crescido rapidamente (Roca & Searcy, 2012). As empresas têm realizado um planejamento estratégico cuidadoso para apresentarem seus relatórios, onde os dados contidos não podem fornecer informações incompatíveis entre o relatório e o seu compromisso, uma vez que a publicação dos mesmos está diretamente ligada com a imagem da empresa e o com desempenho de seus negócios (Fung et al., 2020).

No entanto, na mesma velocidade que a publicação de relatório cresce, as críticas em relação às limitações e aos indicadores pré-definidos também aumentam (Bampi & Pinheiro, 2017). De modo geral, isso ocorre devido à intangibilidade, à omissão de impactos negativos, à padronização deficiente, à diversidade de critérios e à falta de comparabilidade dos relatórios divulgados (Diaz-Sarachaga, 2021). Além disso, muitas vezes esses relatórios são usados somente como uma ferramenta para agrupar ações como sendo positivas (Kim & Kim, 2017).

O que acarreta em uma alta inconsistência entre as divulgações desses relatórios e as práticas efetivamente realizadas pelas empresas (Garcia-Torres et al., 2017; Diaz-Sarachaga, 2021).

Por outro lado, a padronização e indicadores pré-definidos são necessários para a formulação dos relatórios de sustentabilidade. É através deles que os tomadores de decisão compreendem o significado do desenvolvimento sustentável e fornecem bases para o planejamento de metas futuras (Van Bellen, 2005). Dessa forma, além de auxiliarem na comunicação e facilitarem a tomada de decisão dos *stakeholders*, também são úteis para avaliar o desempenho da empresa nos três focos do desenvolvimento sustentável (Shields, Šolar, & Martin, 2002).

Atualmente, o modelo de relatório de sustentabilidade com os padrões e indicadores do *Global Reporting Initiative* (GRI), é o modelo mais utilizado pelas empresas (GRI, 2021). Assim, essa dissertação irá se concentrar em abordar somente o modelo de Relatório com os padrões e indicadores da GRI.

Lançada em 1997, a GRI é uma colaboração da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (Ceres) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que teve como intuito estabelecer um guia internacional para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (GRI, 2002). Essa iniciativa tem o objetivo de auxiliar empresas e outras organizações a se responsabilizarem pelos seus impactos, fornecendo padrões a serem usados para comunicar esses impactos em seus relatórios de sustentabilidade (GRI, 2016).

Seu conjunto de diretrizes e indicadores, criam uma linguagem comum para as empresas e partes interessadas. Proporciona a transparência, a comparabilidade, credibilidade, periodicidade e legitimidade da informação ao comunicar o desempenho econômico, social e ambiental das empresas (GRI, 2016). Além da sua abrangência internacional, tem o objetivo de se tornar um relatório comum, com qualidade equivalente ao de relatórios financeiros, aplicável nas empresas sem distinção quanto ao tamanho ou setor de atividade (Leoneti et al., 2016).

A estrutura destes relatórios está dividida em duas grandes partes: 1) normas universais para publicação dos relatórios (100 *series*); 2) normas com tópicos específicos - econômicos; ambientais e sociais (200, 300 e 400 *series*) (GRI, 2016):

- 1) A primeira parte engloba 3 normas universais para a publicação dos relatórios: GRI 101: que inclui requisitos para elaboração de um relatório (conteúdo e qualidade);

GRI 102, que é usado para relatar informações sobre as empresas e suas estratégias (perfil, ética, integridade, governança, partes interessadas); e GRI 103 que é usada para relatar informações sobre a gestão (estruturas de governança).

- 2) A segunda parte inclui várias normas com tópicos específicos que são usados para relatar resultados e desempenhos sobre: a) tópicos econômicos (200 series) (tabela 1), b) ambientais (300 series) (tabela 2), e c) sociais (400 series) (tabela 3).

Normas Específicas Tópico Econômico – 200
201 - Desempenho Econômico
202 - Presença no Mercado
203 - Impactos Econômicos Indiretos
204 - Práticas de Compra
205 - Combate à Corrupção
206 - Concorrência Desleal
207 – Tributos

Tabela 1: Normas Específicas GRI – Tópicos Econômico 200

Fonte: Global Reporting Initiative (2016)

Normas Específicas Tópico Ambiental – 300
301 – Materiais
302 – Energia
303 - Água e Efluentes
304 – Biodiversidade
305 – Emissões
306 – Resíduos
307 - Conformidade Ambiental
308 - Avaliação Ambiental de Fornecedores

Tabela 2: Normas Específicas GRI – Tópicos Ambientais 300

Fonte: Global Reporting Initiative (2016)

Normas Específicas Tópico Social – 400
401 – Emprego
402 - Relações de Trabalho
403 - Saúde e Segurança do Trabalho
404 - Capacitação e Educação
405 - Diversidade e Igualdade de Oportunidade
406 - Não Discriminação
407 - Liberdade Sindical e Negociação Coletiva
408 - Trabalho Infantil
409 - Trabalho Forçado ou Análogo ao escravo
410 - Práticas de Segurança

(cont.)

411 - Direitos de Povos Indígenas
412 - Avaliação de Direitos Humanos
413 - Comunidades Locais
414 - Avaliação Social de Fornecedores
415 - Políticas Públicas
416 - Saúde e Segurança do Consumidor
417 - Marketing e Rotulagem
418 - Privacidade do Cliente
419 - Conformidade Socioeconômica

Tabela 3: Normas Específicas GRI – Tópicos Sociais 400

Fonte: Global Reporting Initiative (2016)

Ao todo são 89 indicadores de desempenho que abrangem as três normas específicas apresentadas acima. Os tópicos econômicos são divididos em 7 categorias (tabela 1) e 17 indicadores. Abrangem impactos diretos e indiretos, que podem ser positivos ou negativos e concentram-se em como as empresas afetam seus *stakeholders* (GRI, 2016). Os tópicos ambientais são divididos em 8 categorias e 32 indicadores (tabela 2) e mostram os impactos das empresas sobre o ecossistema, terra, ar e água (GRI, 2016). Já os tópicos sociais são divididos em 19 categorias (tabela 3), que abrangem 40 indicadores e refere-se aos impactos de suas operações sobre a sociedade e comunidades em que estão inseridas (GRI, 2016).

Esses tópicos abrangem indicadores de desempenho que são organizados nas três dimensões da sustentabilidade: econômica, ambiental e social e se referem aos impactos das organizações em seus sistemas econômicos, sistemas ambientais e sistemas sociais (GRI, 2002), onde cada tópico específico, possui outras categorias que têm o objetivo de auxiliarem as empresas a identificarem as práticas que as mesmas realizam (GRI, 2016).

2.4 Sustentabilidade e a Indústria têxtil

A maioria das empresas de vestuário na pós-modernidade e toda a sua cadeia de produção, distribuição e consumo são insustentáveis, o que torna o desenvolvimento sustentável um tema complexo para a indústria têxtil, mas não impossível (Pessoa, Araújo, & Arruda, 2015). Dessa forma, a sustentabilidade nesta indústria também pode ser vista através das suas três dimensões: econômica, ambiental e social (DiVito & Bohnsack, 2017; Fiorin, 2019; Pande & Kumar Adil, 2019; Fung et al., 2020).

2.4.1. Indústria têxtil Global e Seus Impactos

Indústria têxtil é o termo usado para as indústrias concentradas principalmente com o design ou fabricação de roupas, bem como distribuição e uso de têxteis, inclui a produção de fibras (naturais e sintéticas), tecelagem bruta, tingimento, acabamento e estamparia, maquiagem final em vestuários (tapetes, tecidos, etc.) e artigos de couro (UNEP, 2011). Constitui uma componente importante dos fluxos de comércio mundial, particularmente para alguns países em desenvolvimento, onde o vestuário é responsável por uma grande proporção de exportações totais (UNEP, 2011). Está entre os maiores setores da economia mundial em termos monetários e de emprego e continua em crescimento. Emprega milhões de pessoas em todo o mundo, sustenta muitos meios de subsistência e cria maiores oportunidades para um desenvolvimento econômico (EEB, 2020).

A estrutura produtiva da cadeia têxtil compreende a produção de fibra, fiação (fios), a tecelagem e malharia (tecidos) e o beneficiamento (tinturaria, estamparia, lavanderia) e uma etapa mais à frente compreende as atividades de confecção de artigos de vestuário, bem como artigos da linha lar e artigos técnicos (Mendes Júnior, 2017) (figura 2). Seu processo produtivo ainda engloba uma interação com a indústria química, uma vez que são necessários insumos químicos para várias etapas da produção, desde as fibras até os produtos acabados e com a indústria de bem de capital, através das máquinas e equipamentos necessários para produção (Costa & Rocha, 2009).

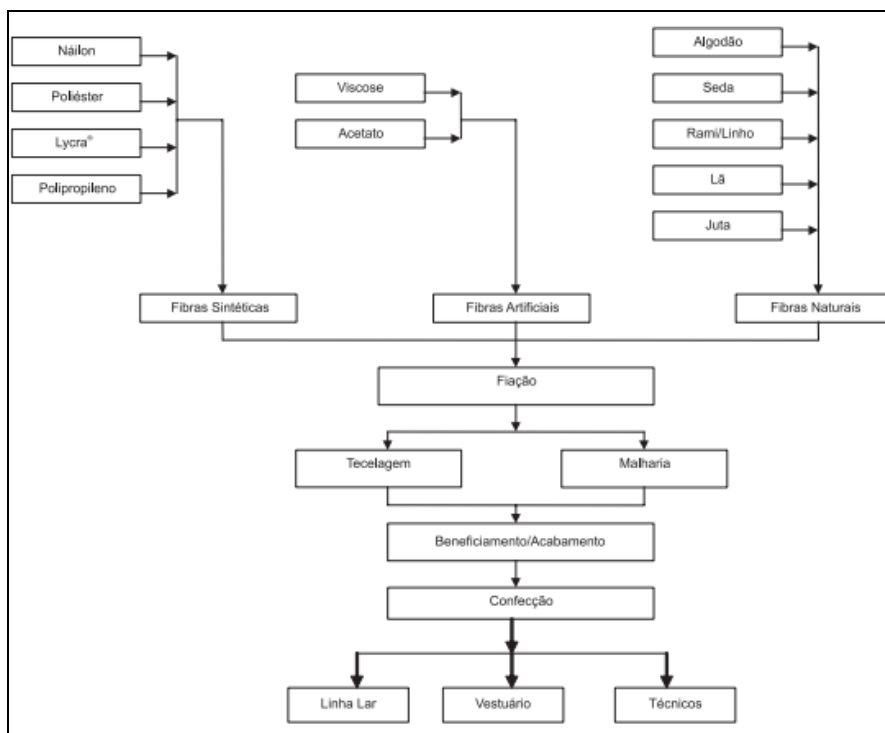


Figura 2: Estrutura da produção Têxtil Global
 Fonte: BNDES, apud Costa & Rocha (2009)

O produto final, de cada uma dessas etapas, pode ser considerado como a matéria-prima da fase seguinte, o que caracteriza a cadeia produtiva têxtil como diversificada, sendo cada setor composto por grande número de segmentos diferenciados, com dinâmicas, estruturas físicas e atores próprios (Hiratuka et al., 2008). Os produtos desta indústria podem ser classificados em têxteis para o lar: que inclui artigos de cama, mesa, banho; vestuário, que inclui roupas, acessórios e calçados; e têxteis industriais, que inclui componentes médicos, automotivos, agrícolas, para construção e para embalagens; onde o vestuário é sua área mais abrangente (Notten, 2020). Após a fase da produção, vêm as fases do consumo e o fim de vida do produto, onde o consumo está relacionado com a distribuição, varejo e uso dos produtos, enquanto o fim de vida está relacionado com a saída do produto da cadeia de valor têxtil (UNIETHOS, 2013). Assim, as etapas da cadeia de valor da indústria têxtil podem ser divididas e simplificadas de acordo com a figura 3.



Figura 3: Cadeia de valor têxtil
 Fonte: Adaptado de Notten (2020)

Sua produção global é concentrada principalmente na China, que se destaca como o principal *player* do mercado têxtil global, sua estratégia de concorrência através de preços baixos, a fez conquistar os mercados externos e exportar grandes volumes de produtos padronizados (Costa & Rocha, 2009). Segundo UNIETHOS (2013), as estratégias centrais da China para indústria têxtil são aumentar a produtividade e a qualidade, enquanto as estratégias europeias estão ligadas em inovação e sustentabilidade. Nesse sentido, enquanto países da Ásia, principalmente a China, seguida da Índia e Bangladesh têm uma alta participação do mercado global de produção de fibras, fios e tecidos, nas fases do consumo e fim de vida da cadeia de valor têxtil, a Europa e a América do Norte se destacam (Notten, 2020).

Por outro lado, a cadeia de valor têxtil é conhecido por gerar impactos nas três dimensões da sustentabilidade. Na perspectiva econômica, a pressão competitiva por preços baixos (DiVito & Bohnsack, 2017), faz com que os produtos sejam projetados e produzidos com uma velocidade rápida através de uma eliminação precoce dos mesmos, possibilitando então lucros rápidos (Gondak & Francisco, 2020). Esses produtos, na maior parte das vezes são levados para aterros sanitários e inceneração, o que gera uma perda de valor de recursos e materiais, que poderiam ter o seu valor retido (Palacios-Mateo et al., 2021). Da mesma forma, um valor estimado de US \$ 500 bilhões é perdido a cada ano devido as roupas serem mal-usadas e raramente recicladas (Ellen MacArthur Foundation, 2017).

Ao olharmos pela dimensão ambiental, a indústria têxtil é considerada uma das principais responsáveis pela poluição mundial (EEB, 2020). A quantidade de resíduos gerados, o consumo de recursos como água, combustível, terra e uma variedade de produtos químicos em grande escala (ATP, 2019), são umas das causas dessa ocorrência. O setor foi responsável por 8% das emissões de gases de efeito estufa em 2016 e estima-se um aumento de 49% das emissões até 2030, se não houver uma mudança efetiva nas tendências atuais (Quantis, 2018). Dessa forma, enquanto os impactos negativos de energia, carbono e água representam 2% dos totais globais, os salários pagos são apenas 1,4% dos salários globais (Peters, Li, & Lenzen, 2021).

No que refere-se à dimensão social, além dos problemas para saúde e segurança do trabalhador, do uso excessivo de químicos (DiVito & Bohnsack, 2017). O setor têxtil, é tipicamente caracterizado por más condições de trabalho e violações dos direitos humanos (UNIETHOS, 2013; Kumar et al., 2016; Köksal et al., 2017; EEB, 2020; Notten, 2020). Isso ocorre, devido à fragmentação e complexidade da cadeia de fornecimento têxtil e ao uso de

subcontratações tornar difícil o monitoramento de condições de trabalho justas (DiVito & Bohnsack, 2017). Assim, particularmente em países de produção de baixa renda os trabalhadores sofrem com salários baixos, longas horas de trabalho e limitações a liberdade de associação (EEB, 2020). Neste caso, mulheres e crianças compõem a maioria da força de trabalho nos países em desenvolvimento e aceitam salários mais baixos (Gondak & Francisco, 2020) e muitas vezes não possuem nenhum benefício (Nayak et al., 2019).

2.4.2. Indústria Têxtil no Brasil: uma breve contextualização

O Brasil é um dos poucos países a possuir uma cadeia têxtil completa ocidental, que detém desde a produção de fibras à confecções, incluindo a distribuição e comercialização e forte varejo (ABIT, 2013). É nomeada de setor têxtil e confecções (TC), onde as etapas de produção têxtil são mais intensivas e com maior automação; já a etapa de confecção é bem expressiva na mão-de-obra, com isso a maior parte das empresas brasileiras são de confecção de vestuário e acessórios (Hiratuka et al., 2008).

Atualmente, o setor é o quarto maior produtor de malhas do mundo e o quarto maior produtor e consumidor de denim do mundo (ABIT, 2019). Reúne mais de 25,5 mil empresas em todo o país, onde as produções médias de confecções são de 9,04 bilhões de peças e a produção média de têxtil são de 2,04 milhões de toneladas. E emprega 1,5 milhões de trabalhadores diretos e 8 milhões indiretos, sendo 75% mão de obra feminina (ABIT, 2019). Sua produção nacional é concentrada em polos regionais (Costa & Rocha, 2009), principalmente nas regiões Sudeste (52,2%) e Sul (28,3%), seguidos das regiões Nordeste (15,6%), Centro-Oeste (3,5%) e Norte (0,4%) (ABIT, 2013). É uma indústria que tem quase 200 anos, sendo uma das pioneiras da Primeira Revolução Industrial (Postal, 2018) e é tradicionalmente voltada para o consumo interno.

Segundo Gorini (2000), a abertura da economia, o aumento da concorrência externa e a estabilização do Plano Real, aumentou o poder de compra das classes mais baixas, na década de 90, o que levou a fortes transformações no setor têxtil nacional. Houve o fechamento de indústrias devido à entrada de produtos importados (Padilha, 2009) e milhares de empregos foram perdidos. Porém, o elevado investimento em tecnologia de ponta colocou o Brasil num patamar de modernização tecnológica similar ao resto do mundo (Gorini, 2000). De 2003 a

2008, programas de investimento e financiamento foram lançados pelo BNDES, o que ajudou o crescimento e fomento da indústria TC brasileira (Costa & Rocha, 2009).

Com isso, algumas empresas nacionais do setor TC começaram a implementar inovações em seus negócios. Segundo o relatório da ABIT (2012), as grandes empresas começaram a realizar atividades inovadoras incrementais, como a construção de novas instalações e a compra de novas máquinas. Além de cumprirem regulamentos internacionais de práticas sustentáveis, apresentaram iniciativas educacionais e projetos de melhoria ambiental para suas comunidades locais. Já as empresas de pequeno porte, se concentraram em inovações de produtos, com o desenvolvimento de novos produtos que possuem características sustentáveis, como matérias-primas e insumos ecológicos (ABIT, 2012).

Nesse sentido, observaram-se algumas iniciativas para o fomento da sustentabilidade na indústria nacional. Em 2006, foi criado o Selo Qual, uma certificação voluntária que atende normas ambientais e sociais e atesta a conformidade ambiental e social da cadeia de suprimentos em seus processos produtivos (ABIT, 2012). O Selo Qual, foi criado com o objetivo de aumentar a competitividade global da indústria TC do país e assegurar boas práticas sociais e ambientais (ABIT, 2017). Em 2009, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT) e o Sinditêxtil-SP, produziram um guia de práticas para uma produção + limpa para a indústria TC brasileira. O “Guia Técnico Ambiental da Indústria Têxtil – Série P+L” é voltado para as empresas adotarem práticas mais sustentáveis, através do menor consumo de matérias-primas e recursos naturais, além da diminuição do uso de tóxicos e carga orgânica, para assim reduzir riscos sociais e ambientais (ABIT, 2012). As P+L são divididas em práticas principais e sub práticas e são ações que trazem benefícios nas três dimensões do desenvolvimento sustentável (Bastian & Rocco, 2009).

Outra iniciativa mais recente, foi um estudo realizado pela ABIT, em 2017, em parceria com a WayCarbon, que identificou os indicadores de sustentabilidade de maior relevância para a indústria TC brasileira. Esses indicadores têm o objetivo de explicar práticas sustentáveis para todo o setor, de forma a perceber quais estão sendo adotadas nos negócios (ABIT, 2017). São divididos em três pilares, conforme figura (4). A governança abrange toda a cadeia produtiva e seus avanços, e estabelece o relacionamento com os *stakeholders* (ABIT, 2017). Enquanto a responsabilidade ambiental está relacionada ao controle dos impactos ambientais causados pelas atividades da indústria (ABIT, 2017). E a responsabilidade social, procura garantir o bem-estar coletivo, no ambiente interno e externo das empresas (ABIT, 2017).

GOVERNANÇA	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	RESPONSABILIDADE SOCIAL
Posicionamento estratégico em relação à sustentabilidade	Gestão ambiental	Segurança física do produto
Missão, Visão e Valores	Água	Saúde e segurança
Gestão da sustentabilidade	Gases de Efeito Estufa	Condições de trabalho
Transparência e divulgação de informações	Energia	Trabalho forçado ou análogo ao escravo
Combate à corrupção	Resíduos sólidos	Trabalho infantil
Controle da cadeia de fornecimento	Reciclagem	Comunidade
		Responsabilidade Social

Figura 4: Dimensões e Indicadores do Tex Index Brasil

Fonte: ABIT (2017)

Apesar de algumas iniciativas em prol da sustentabilidade já estarem sendo realizadas, atualmente, o setor TC vem perdendo espaço no mercado global competitivo, uma vez que ainda faltam políticas eficazes de longo prazo e investimentos (Postal, 2008). Dessa forma, para o setor sobreviver, é necessário produzir inovações, desenvolver processos mais novos e eficientes no uso de recursos e concentrar em atender a necessidade do mercado (Bruno & Bruno, 2009). A sustentabilidade na indústria TC brasileira apresenta-se então como uma forma do setor melhorar a produtividade, tecnologia, modernização e conseguir maior competitividade no mercado global (ABIT, 2017).

2.4.3. O Panorama da Sustentabilidade na Indústria têxtil

Até à primeira revolução industrial, o conceito de sustentabilidade estava presente nos processos produtivos que se utilizavam na época, uma vez que as suas produções artesanais, para fazerem face às necessidades do cotidiano, utilizavam fontes energéticas que são hoje consideradas ecológicas (Albino, 2017). Armstrong e Lehew (2011), argumentam que desde a Revolução Industrial, o impacto da indústria cresceu incessantemente e agora existem consequências sociais, ambientais e econômicas, e embora a indústria da moda tenha começado o seu movimento em direção a estratégias sustentáveis, ainda há muito a fazer. Segundo os autores, o conceito de ecologia na indústria foi introduzido por Frosch e Gallopoulos, em 1989, que afirmavam que a eficiência dos sistemas industriais poderia ser melhorada imitando a natureza, através da fabricação e produção, pois onde há crescimento econômico, há crescimento igual de resíduos e poluição (Armstrong & Lehew, 2011).

Nesse sentido, o desenvolvimento da indústria têxtil e suas primeiras preocupações com os impactos ambientais, vieram acompanhados de um aumento da produção e do

consumo (Niinimäki & Hassi, 2011). Segundo Bruno (2017), a produção mundial têxtil que inicialmente era concentrada no trabalho de baixo custo para gerar vantagens competitivas, começou a ser pautada por um modelo de larga escala, com uma grande competitividade e pressão para aumento de qualidade, diversidade e redução dos custos (Bruno, 2017). Esse modelo é chamado de *fast fashion*, que é caracterizado pela produção em massa, rápida aquisição e eliminação de materiais e produtos (Gondak & Francisco, 2020). Essas transformações nas formas e volumes de produção e de consumo, resultaram em um aumento crescente da competitividade do mercado, e isso trouxe a necessidade de novos padrões de comportamento (Redclift, 2005).

Questões sociais e ambientais ganharam destaque e trouxeram adeptos para a causa (Nishimura & Gontijo, 2017). Designers e fabricantes encontraram assim formas mais sustentáveis de atender às necessidades dos consumidores e alcançar melhorias sustentáveis na relação entre produção e consumo (Niinimäki & Hassi, 2011). Além disso, novos hábitos de consumo surgiram e tornaram a qualidade e a proximidade geográfica de produção aspectos preferenciais, o que exigiu que a indústria mudasse suas práticas (Jung & Jin, 2014). Consequentemente, uma moda mais sustentável surgiu como parte de um movimento de uma moda mais lenta e consciente, em resposta aos ciclos da *fast fashion* (Bruno, 2017). Isto trouxe melhores condições de compras com base em processos de produções mais éticos, com impactos ambientais mais baixos e com uma maior qualidade e durabilidade das roupas (Palacios-Mateo, van der Meer, & Seide, 2021).

No entanto, mesmo práticas como a reutilização e reciclagem de resíduos, consideradas eco eficientes, ainda não enfrentam o real problema da sustentabilidade: que são o aumento do consumo e da produção têxtil, e o crescimento constante dos impactos ambientais e sociais (Niinimäki & Hassi, 2011). Dessa forma, Baig et. al. (2020), argumentam que a demanda por consciência social é necessária tanto por parte dos negócios quanto por parte dos consumidores, para assim encorajar as empresas a adotarem medidas mais sustentáveis.

A adoção da sustentabilidade permite que as empresas impulsonem a criação de valor sustentável para suas partes interessadas e diminuam os impactos ambientais e sociais ocasionados pelas suas atividades (Islam et al., 2021). Assim, a defesa pela implementação da sustentabilidade nesta indústria, se sustenta nos impactos negativos que são negligenciados, devido às consequências de um modelo pautado no crescimento econômico contínuo (Fiorin et. al, 2019).

2.5 Práticas Sustentáveis na Indústria Têxtil

Em uma indústria tradicionalmente baseada na mudança e descartabilidade, as práticas sustentáveis de produção e consumo são frequentemente contestadas (Peirson-Smith & Evans, 2017). Entender essas práticas permite que as organizações alinhem suas estratégias e objetivos com os principais critérios associados à sustentabilidade (Kumar, Robins, & Apsimon, 2016). Estudos mostram que as práticas sustentáveis das empresas têxteis variam tanto em seu nível de sustentabilidade, sendo maior ou menor (Shi et. al, 2019), consoante o número de práticas adotadas (Correia, 2020), e a dimensão das empresas: se são pequenas médias ou grandes (Kamal & Deegan, 2013; Kim & Kim, 2017; Baig et al., 2020) e a sua localização: países desenvolvidos ou em desenvolvimento (Abreu et al., 2012; Kamal & Deegan, 2013; Kim & Kim, 2017; Palacios-Mateo et al., 2021).

Freise & Seuring (2015), argumentam que diversas empresas já procuram adotar a sustentabilidade em seus negócios, pois querem conseguir uma posição única no mercado e melhorar sua reputação. Uma vez que as práticas de sustentabilidade têm impacto positivo no desempenho financeiro das empresas (Correia, 2020; Phan et al., 2020), muitas também contribuem para a solução de problemas ambientais e sociais, ao mesmo tempo que permitem a obtenção de lucros (Desore & Narula, 2018). No entanto, segundo Nishimura & Gontijo (2017), a adoção de práticas sustentáveis nesta indústria, é papel de toda a sociedade. Segundo as autoras, as empresas precisam ser transparentes em suas ações, mas é necessário que governos e consumidores também sejam, para assim incentivar o desenvolvimento sustentável e mais ações serem realizadas (Nishimura & Gontijo, 2017).

Nesse sentido, outros fatores, como financiamento e educação, também são necessários para fomentar a sustentabilidade, onde os governos como os motores da mudança, devem fornecer padrões e facilitar o acesso de diferentes ferramentas e recursos para uma produção mais sustentável (Palacios-Mateo et al., 2021). Desta forma será possível gerar o interesse dos consumidores na sustentabilidade e alcançar uma confiança mútua entre vendedores e compradores (Perry & Towers, 2013).

Neste contexto, como abordado anteriormente, as três dimensões da sustentabilidade se conectam e interagem entre si, assim uma prática sustentável pode ser relevante para mais de uma dimensão da sustentabilidade, devido a elas se complementarem. No entanto, para facilitar a compreensão e a análise deste estudo, as práticas serão apresentadas

separadamente por cada dimensão da sustentabilidade e em acordo com temas relevantes identificados na Revisão da Literatura.

2.5.1. Práticas Econômicas

Na literatura da indústria têxtil, as práticas da dimensão econômica da sustentabilidade, estão ligadas à geração de valor econômico e não econômico: abordam aspectos como comércio justo, investimentos na economia e comunidade local, políticas de anti-corrupção, controle da cadeia de fornecimento, mensuração dos riscos e impactos ambientais e sociais e transparência, na divulgação de informações e da sua estrutura de gestão (Tabela 4). Ou seja, abordam como as empresas administram seu capital e como essa gestão influencia todos os seus diferentes *stakeholders* (GRI, 2016).

Do ponto de vista financeiro, a implementação desta dimensão e sua gestão, evita interrupções na cadeia de suprimentos, problemas de qualidade e efeitos semelhantes, mantendo as empresas competitivas e evitando perdas financeiras (Freise & Seuring, 2015). Dessa forma, as práticas da sustentabilidade econômica, podem estar relacionadas com evitar a perda de valor em todo o processo de produção têxtil, inclusive no fim de vida do produto (Ellen McArthur, 2017; Notten, 2020; Palacios-Mateo et al., 2021). Igualmente, refere-se aos investimentos dentro e fora das empresas, que fomentam a economia e o desenvolvimento local, como por exemplo a produção local e geração de empregos e os investimentos em tecnologia sustentáveis e digitalização (Islam et al., 2021; Palacios-Mateo et al., 2021).

Do ponto de vista gerencial, a implementação da sustentabilidade econômica pode levar a ganhos não financeiros, como a fidelização de cliente, satisfação dos funcionários, reputação corporativa, que por sua vez, resultam em benefícios financeiros a longo prazo (Phan et al., 2020). Está ligada à cultura da empresa, aos seus objetivos e valores, que são postos em prática, através de seus códigos de conduta e suas políticas de combate a corrupção (Bubicz et al., 2021), por exemplo. Relaciona-se também com a forma que a empresa divulga informações para seus *stakeholders* e como mostra seus compromissos, para assim criar uma relação de confiança com os mesmos (ABIT, 2017).

Práticas Econômicas	Autores
Promoção do comércio justo	(Kumar et al., 2016; Lima et al., 2017)
Sustentabilidade como estratégia	(ABIT, 2017; Lima et al., 2017)
Desenvolvimento de negócios na economia local (Produção local)	(Palomo-Lovinski & Hahn, 2014; Kumar et al., 2016)
Tecnologias sustentáveis e digitalização	(Islam et al., 2021; Palacios-Mateo et al., 2021)
Divulgação de informações	(Kumar et al., 2016)
Relatar os resultados (Relatórios)	(Köksal et al., 2017)
Políticas anti-corrupção	(Bubicz et al., 2021)
Mensuração dos impactos ambientais e sociais	(UNIETHOS, 2013; Notten, 2020; Bubicz et al., 2021)
Monitoramento de fornecedores em aspetos sociais e ambientais	(ABIT, 2017; Lima et al., 2017)

Tabela 4: Práticas Econômicas Sustentáveis da Indústria têxtil
Fonte: Elaborado pela Autora

2.5.2. Práticas Ambientais

As práticas da dimensão ambiental, abordam aspectos como a redução do uso materiais e matérias-primas, energia, água, substâncias químicas, redução da quantidade de resíduos gerados, bem como a gestão da poluição do ar e a promoção da biodiversidade (Tabela 5). No setor têxtil, embora não seja possível erradicar os impactos do processo produtivo, a sustentabilidade ambiental possibilita a utilização de menos recursos naturais (ABIT, 2017). Ou seja, tem o objetivo de prevenir os impactos ambientais que são desenvolvidos em toda sua cadeia de valor (Notten, 2020; Phan et al., 2020; Palacios-Mateo et al., 2021).

Dessa forma, essas práticas referem-se a uma produção mais limpa, através de matérias-primas recicláveis e renováveis, na eliminação de produtos químicos prejudiciais, na avaliação de fornecedores com pegadas mais ecológicas e que usem menos recursos naturais (Bruno, 2017). As práticas ambientais relacionadas ao aspecto “resíduos”, são uma das mais importantes neste setor (Pessôa et al., 2015; Rotimi, Toppo, & Hopkins, 2021; Palacios-Mateo et al., 2021), pois a partir da gestão e gerenciamento da quantidade do uso de resíduos, as empresas conseguem reduzir a poluição da água, terra, e ar, e reutilizar ou reciclar peças e materiais, sem precisar começar todo o processo de produção têxtil novamente (Islam et al., 2021).

Nesse sentido, muitos autores abordam a sustentabilidade na indústria têxtil, através das práticas da economia circular (Kirchherr, et al, 2017; Stewart & Niero, 2018; ATP, 2019;

Notten, 2020). Uma vez que, através dessas ações, as empresas desenvolvem um sistema econômico de redução, reutilização, reciclagem e recuperação de materiais nos processos de produção/distribuição e consumo, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, criando assim, simultaneamente, qualidade ambiental, prosperidade econômica e equidade social, em benefício das gerações atuais e futuras (Kirchherr, Reike, & Hekkert, 2017).

Assim, as práticas ambientais da sustentabilidade, são uma forma de as empresas monitorarem seu consumo de recursos naturais e utilizararem recursos de forma mais eficiente e menos agressiva ao meio ambiente (ABIT, 2017), que por sua vez, além de trazerem menos riscos para o ecossistema, também podem reduzir os custos de produção, em todo o processo da cadeia de valor têxtil (Bastian & Rocco, 2009).

Práticas Ambientais	Autores
Uso de materiais sustentáveis, certificados, ecológicos e naturais	(Resta et al., 2015; Kumar et al., 2016; Nayak et al., 2019; Islam et al., 2021; Palacios-Mateo et al., 2021; Karell & Niinimäki, 2020)
Redução do descarte de materiais	(Resta et al., 2015; Islam et al., 2021)
Reutilização de embalagens e reciclagem	(Resta et al., 2015; Nayak et al., 2019; Palacios-Mateo et al., 2021)
Melhores práticas na produção e cultivo de matérias-primas	(Resta et al., 2015; Islam et al., 2021; Palacios-Mateo et al., 2021)
Mapeamento e monitoramento do consumo de energia	(Bastian & Rocco, 2009; Resta et al., 2015; Islam et al., 2021; Palacios-Mateo et al., 2021)
Uso de energia renovável	(Bastian & Rocco, 2009; Palomo-Lovinski & Hahn, 2014; Garcia-Torres et al., 2017; Islam et al., 2021)
Redução do uso de energia	(Bastian & Rocco, 2009; Palomo-Lovinski & Hahn, 2014; Palacios-Mateo et al., 2021)
Redução do uso da água	(Bastian & Rocco, 2009; Pande & Kumar Adil, 2019)
Redução da poluição da água	(Bastian & Rocco, 2009; Resta et al., 2015; Islam et al., 2021; Palacios-Mateo et al., 2021)
Reciclagem e reutilização de águas residuais	(Resta et al., 2015; Islam et al., 2021; Palacios-Mateo et al., 2021)
Tratamento de esgoto	(Resta et al., 2015; Islam et al., 2021; Palacios-Mateo et al., 2021)
Gestão de emissões atmosféricas	(Batian & Rocca, 2009; Pande & Kumar Adil, 2019)
Redução da geração de poluentes atmosféricos	(Resta et al., 2015; Islam et al., 2021; Palacios-Mateo et al., 2021)
Controle e prevenção da poluição do ar	(Bastian & Rocco, 2009)
Redução de emissões de substâncias odoríferas	(Resta et al., 2015; Kumar et al., 2016; Palacios-Mateo et al., 2021)
Otimização do transporte e distribuição	(Bastian & Rocco, 2009)
Redução de emissões de ruído e vibração	(Resta et al., 2015; Islam et al., 2021)
Redução de substâncias perigosas e não perigosas em resíduos	(Bastian & Rocco, 2009; Resta et al., 2015; Islam et al., 2021)
Sistema de recuperação, reciclagem e coleta de resíduos	(Bastian & Rocco, 2009; Resta et al., 2015; Islam et al., 2021)
Redução da quantidade de resíduos gerados	(Garcia-Torres et al., 2017; Bubicz et al., 2021; Islam et al., 2021)
Promoção da biodiversidade	(Bastian & Rocco, 2009; Kumar et al., 2016; Bubicz et al., 2021; Islam et al., 2021)
Reduzir, substituir, eliminar produtos químicos	(Islam et al., 2021)
Gerenciamento de tintura e produtos químicos	(Resta et al., 2015; Palacios-Mateo et al., 2021; Rotimi et al., 2021)
Legislação de substâncias químicas restritas	(Palacios-Mateo et al., 2021; Rotimi et al., 2021)
Reciclar produtos para voltarem para cadeia de abastecimento	(Palacios-Mateo et al., 2021; Rotimi et al., 2021)
Reuso e reaproveitamento dos produtos	(Rotimi et al., 2021)
Recuperação e redistribuição de roupas	(Palomo-Lovinski & Hahn, 2014; Kumar et al., 2016; Karell & Niinimäki, 2020; Islam et al., 2021; Palacios-Mateo et al., 2021)
Eco Design	(Bastian & Rocco, 2009; Nayak et al., 2019; Notten, 2020)
Legislações e produtos certificados	(Resta et al., 2015; Garcia-Torres et al., 2017; Nayak et al., 2019; Saygili et al., 2019; Islam et al., 2021)
Fornecedores mais ecológicos	

Tabela 5: Práticas Ambientais Sustentáveis da Indústria têxtil

2.5.3. Práticas Sociais

A implementação de práticas da sustentabilidade social, procura mitigar os riscos sociais causados por todo o processo de produção têxtil, até a saída do produto da cadeia de valor (Notten, 2020). Estão ligadas tanto ao ambiente interno, quanto ao ambiente externo das empresas (Phan et al., 2020), abordam aspectos relacionados à proteção do direitos humanos, às condições de trabalho seguras, à sociedade e a responsabilidade pelo produto (Tabela 6).

As práticas da sustentabilidade social, no ambiente interno da empresa dizem respeito à capacitação e educação de funcionários, através de treinamentos e desenvolvimento de carreira. Envolve também a promoção da saúde e segurança, de ambiente de trabalhos equitativos, através de salários justos, benefícios, bem-estar físico e psicológico dos trabalhadores (ABIT, 2017). Já no ambiente externo das empresas, abordam práticas como o desenvolvimento da comunidade, segurança física do produto, educação e informações ao consumidor (Phan et al., 2020; Rotimi et al., 2021).

No setor têxtil, esse pilar refere-se ao monitoramento de fornecedores, assim a avaliação e gestão de indicadores como direitos humanos, salários injustos, tempo de trabalho excessivo, trabalho infantil/forçado, entre outros indicadores (Köksal et al., 2017). E são uma forma de mitigar os riscos e os impactos sociais causados por todo o processo de produção têxtil, até a saída do produto da cadeia de valor. Assim, a sustentabilidade social neste setor, promove condições decentes para os trabalhadores e para comunidade local, onde a responsabilidade compartilhada deve ser promovida pelas empresas, através da integração do fim de vida dos produtos e a circularidade, da promoção da inovação social, da geração empregos, renda e bem-estar-social (Bubicz et al., 2021).

Práticas Sustentáveis	Autores
Proteção dos direitos humanos	(Kumar et al., 2016; Köksal et al., 2017; Notten, 2020; Bubicz et al., 2021)
Trabalho infantil, forçado ou escravo	(Köksal et al., 2017; Nayak et al., 2019)
Transparência e rastreabilidade de cadeias de suprimentos	(Notten, 2020; Bubicz et al., 2021)
Colaboração e avaliação social de fornecedores	(Köksal et al., 2017; Bubicz et al., 2021)
Condições de trabalho seguras	(Kumar et al., 2016; Nayak et al., 2019; Bubicz et al., 2021)
Treinamento, educação, desenvolvimento dos funcionários	(Abit, 2017; Bubicz et al., 2021)
Promover ambientes de trabalho equitativo	(Palomo-Lovinski & Hahn, 2014; Nayak et al., 2019; Bubicz et al., 2021)
Promover salários justos	(Kumar et al., 2016; Köksal et al., 2017; Bubicz et al., 2021)
Promover a diversidade	(Bubicz et al., 2021)
Licença de maternidade	(Kumar et al., 2016; Nayak et al., 2019; Bubicz et al., 2021)
Liberdade de associação	(Bubicz et al., 2021)
Ações na comunidade local	(Kumar et al., 2016; Abit, 2017; Bubicz et al., 2021)
Suportes e parcerias	(Bubicz et al., 2021)
Educação e engajamento dos consumidores e comunidade	(Palomo-Lovinski & Hahn, 2014; Kumar et al., 2019; Palacios-Mateo et al., 2021; Rotimi et al., 2021)
Implementar rotulagem ecológica	(Palacios-Mateo et al., 2021); (Bubicz et al., 2021)
Segurança e responsabilidade do produto	(ABIT, 2017; Notten, 2020; Bubicz et al., 2021; Islam et al., 2021)

Tabela 6: Práticas Sociais Sustentáveis da Indústria têxtil
Fonte: Elaborado pela Autora

Capítulo 3

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada no desenvolvimento desta investigação. Apresenta o tipo de estudo, a amostra e coleta de dados e as técnicas de análise de dados.

3 Metodologia

3.1 Metodologia e Instrumento de Recolha de dados

Esta investigação adota uma abordagem qualitativa, através da pesquisa exploratória-descritiva para identificar as práticas de sustentabilidade adotadas pela indústria têxtil tendo em conta os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, ambiental e social, e procurando responder aos objetivos específicos listados no capítulo 1. O estudo é de caráter exploratório-descritivo, uma vez que aborda um campo de estudo relativamente novo e descreve características de um determinado fenómeno (Gil, 2008). Optou-se pela abordagem qualitativa, pois através dela é possível identificar padrões de comportamento e compreender de forma detalhada e rica, situações a cerca de um fenómeno (Yin, 2001; Patton, 1990), que no contexto desta investigação são as práticas de sustentabilidade.

Quivy (1998) expõe que “a recolha de dados é uma operação que consiste em recolher ou reunir concretamente as informações determinadas junto das pessoas ou das unidades de informação incluídas na amostra”. Assim, com vista a atingir o objetivo desta investigação, como técnica de recolha de dados optou-se pela pesquisa documental, através da recolha de dados preexistentes (Quivy, 1998). A análise documental é vantajosa, pois os documentos apresentam informações relevantes que podem ser revisadas inúmeras vezes e fornecem dados estáveis e ricos, sem exigir contato com os sujeitos da pesquisa (Yin, 2001; Gil, 2008).

3.2 Amostra e Coleta de dados

Os dados coletados foram extraídos de relatórios de sustentabilidade publicados nos websites de empresas brasileiras do setor têxtil, referentes ao ano de 2020, e que possuem os padrões definidos pela GRI. A escolha dos Relatórios com os padrões do GRI se deu pelas seguintes razões: ser uma ferramenta de uso internacional, ser aplicável a diversos setores, se encaixar no contexto e nos parâmetros da sustentabilidade (Leoneti et al., 2016), além de ser o

conjunto mais conhecido de diretrizes voluntárias para relatórios de sustentabilidade corporativa (Roca & Searcy, 2012). A amostra foi selecionada com base nos três critérios, listados abaixo:

(i) O primeiro critério para a seleção da amostra, foi a inclusão de empresas cotadas na B3. A B3 é “uma das principais empresas de mercado financeiro do mundo” (B3, 2021) e possui o principal índice de sustentabilidade do mercado brasileiro (Delai & Takahashi, 2008), nomeado de Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISEB3.

(ii) Em segundo lugar, a amostra foi limitada a empresas brasileiras da indústria têxtil. Ao todo são 28 empresas listadas, que englobam desde a fabricação de fios e tecidos aos acessórios. Tendo em vista a complexidade e o dinamismo da cadeia produtiva têxtil (Hiratuka et al., 2008), esta investigação analisou Relatórios de Sustentabilidade da indústria têxtil e do vestuário, para conseguir uma melhor padronização e comparação dos resultados (Bampi & Pinheiro, 2017).

(iii) Por último, foram selecionadas empresas que divulgaram relatórios de sustentabilidade referente ao ano de 2020, disponíveis nos sites institucionais das empresas, em acordo com as diretrizes “GRI Standards”.

De acordo com os três critérios enunciados, chegou-se a uma amostra final de 5 empresas:

Empresa	Setor	Número de trabalhadores	Receita Bruta em Bilhões de Reais
Arezzo Co	Tecidos, Vestuário e Calçados	2.376	R\$ 2,02 bi ¹
C&A	Tecidos, Vestuário e Calçados	14.350	R\$ 5,5 bi
Cia Hering	Vestuário	4.635	R\$ 1,27 bi
Grupo Soma S.A.	Tecidos, Vestuário e Calçados	5.809	R\$ 1,4 bi
Lojas Renner	Tecidos, Vestuário e Calçados	24.757	R\$ 10,3 bi

Tabela 7: Amostra de Dados

Fonte: Elaborado pela Autora

¹ 1 (USD)=5,1725 (BRL).

B3. (2020). A Bolsa do Brasil. Taxas de Câmbio Praticadas. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/clearing-de-cambio/indicadores/taxas-de-cambio-praticadas/. Acesso em: 01/10/2021.

3.3 Análise de dados

Os dados foram analisados utilizando a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). A análise de conteúdo é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, independente da origem do mesmo (Flick, 2009). É um conjunto de técnicas de análises das comunicações que atingem resultados para a produção de inferências, além de enriquecer a leitura dos dados coletados (Bardin, 1977). A autora sugere três fases da análise de conteúdo: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e 3) tratamento dos dados (inferência e interpretação).

A primeira fase consiste na escolha dos documentos que serão analisados, na formulação de objetivos e na elaboração de indicadores que auxiliaram a interpretação (Bardin, 1977): Foram selecionados para a análise os relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor têxtil do ano de 2020, disponíveis em seus websites, que possuam as diretrizes da “GRI Standards”.

A segunda fase é a exploração do material, é a fase mais longa da análise e consiste na codificação de unidades de registro e na enumeração das mesmas, de acordo com parâmetros previamente definidos (Bardin, 1977). Os Relatórios de Sustentabilidade que seguem as diretrizes da GRI, relatam os impactos econômicos, sociais e ambientais das atividades das empresas, bem como suas contribuições para o desenvolvimento sustentável (GRI, 2020). Assim, para fins da análise dessa investigação, os indicadores GRI divulgados pelas empresas em seus relatórios, foram considerados como ações de sustentabilidade que as mesmas realizam ou não.

A terceira fase, consiste no tratamento de dados, na inferência de conhecimentos e na interpretação dos mesmos (Bardin, 1977). Para facilitar a análise de conteúdo e a interpretação dos resultados, as seguintes práticas foram analisadas:

Práticas Econômicas:

Tópicos Econômicos GRI	Código	Práticas da Sustentabilidade Econômica
Desempenho Econômico	EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído
	EC2	Implicações Financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas
	EC3	Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria
	EC4	Apoio Financeiro recebido do governo
Presença no Mercado	EC5	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local
	EC6	Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade Local
Impactos Econômicos Indiretos	EC7	Investimentos em Infraestruturas e apoio a serviços
	EC8	Impactos econômicos diretos significativos

(cont.)

Práticas de Compra	EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais
Combate à Corrupção	EC10	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção
	EC11	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção
	EC12	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
Concorrência Desleal	EC13	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio
Tributos	EC14	Abordagem tributária
	EC15	Governança, controle e Gestão de Risco Fiscal
	EC16	Engajamento de <i>Stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto a tributos
	EC17	Relato país-a-país

Tabela 8: Práticas Econômicas para Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pela Autora

Práticas Ambientais

Tópicos Ambientais GRI	Código	Práticas da Sustentabilidade Ambiental
Materiais	EN1	Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume
	EN2	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados
	EN3	Produtos e suas embalagens recuperadas
Energia	EN4	Consumo de Energia Dentro da Organização
	EN5	Consumo de Energia Fora da Organização
	EN6	Intensidade Energética
	EN7	Redução do Consumo de Energia
	EN8	Reduções nos Requisitos Energéticos de produtos e serviços
Água e Efluentes	EN9	Interações com a água como um recurso compartilhado
	EN10	Gestão de impactos relacionados ao descarte de água
	EN11	Captação de água
	EN12	Descarte de água
Biodiversidade	EN13	Consumo de água
	EN14	Unidade operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental
	EN15	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade
	EN16	Habitats protegidos ou restaurados
Emissões	EN17	Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização
	EN18	Emissões diretas de gases de Efeito Estufa (GEE)
	EN19	Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia
	EN20	Outras emissões inditeras de gases de efeito estufa
	EN21	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa
	EN22	Redução de Emissões de gases de efeito estufa
	EN23	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio (SDO)
	EN24	Emissões de Nox e Sox e outras emissões atmosféricas
Resíduos	EN25	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos
	EN26	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos
	EN27	Resíduos gerados
	EN28	Resíduos não destinados para disposição final
	EN29	Resíduos destinados para disposição final
Conformidade Ambiental	EN30	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais
Avaliação Ambiental de Fornecedores	EN31	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais
	EN32	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas

Tabela 9: Práticas Ambientais para Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pela Autora

Práticas Sociais

Tópicos Sociais GRI	Código	Práticas de Sustentabilidade Social
Emprego	SC1	Novas contratações e rotatividade de empregados
	SC2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial
	SC3	Licença maternidade / paternidade
Relações de Trabalho	SC4'	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais
Saúde e Segurança do Trabalho	SC5	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
	SC6	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes
	SC7	Serviços de saúde do Trabalho
	SC8	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores, referentes a saúde e segurança do Trabalho
	SC9	Capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho
	SC10	Promoção de Saúde do trabalhador
	SC11	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios
	SC12	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde
	SC13	Acidentes de Trabalho
	SC14	Doenças profissionais
Capacitação e Educação	SC15	Médias de horas de capacitação por anos, por empregado
	SC16	Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira
	SC17	Percentual de Empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	SC18	Diversidade em órgãos de governança e empregados
	SC19	Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens
Não Discriminação	SC20	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas
Liberdade Sindical e Negociação Coletiva	SC21	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco
Trabalho Infantil	SC22	Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho infantil
Trabalho Forçado ou Análogo ao escravo	SC23	Operações e Fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo
Práticas de Segurança	SC24	Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos
Direitos de Povos Indígenas	SC25	Casos de violação de direitos de povos indígenas
Avaliação de Direitos Humanos	SC26	Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto de direitos humanos
	SC27	Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos
	SC28	Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos
Comunidades Locais	SC29	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados a comunidade local
	SC30	Operações com impactos significativos negativos - reais e potenciais - nas comunidades locais
Avaliação Social de Fornecedores	SC31	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais
	SC32	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas
Políticas Públicas	SC33	Contribuições políticas
Saúde e Segurança do Consumidor	SC34	Avaliação dos Impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços
	SC35	Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causadas por produtos e serviços
Marketing e Rotulagem	SC36	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços
	SC37	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços
	SC38	Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing
Privacidade do Cliente	SC39	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados dos clientes
Conformidade Socioeconômica	SC40	Não conformidade com leis e regulamentos na área socioeconômica

Tabela 10: Práticas Sociais para Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pela Autora

Para identificar as práticas implementadas pelas empresas, foi observada a “frequência”, de indicadores GRI, onde foi possível detectar a presença (1) ou ausência (0) das práticas. Esta técnica foi também utilizada em outros estudos que abordam relatórios de sustentabilidade (por exemplo, Alazzani & Wan-Hussin, 2013; Helou, 2015; Saygili et al., 2020). Para o auxílio da análise dos dados utilizou-se o software Nvivo, que além de validar e qualificar o material coletado, facilitou o processo de análise e o agrupamento das informações (Silva et al., 2015). O processo de codificação, foi realizado conforme exposto abaixo:

1) Primeiro, os relatórios das cinco empresas da amostra foram importados para o software Nvivo. Em seguida, foram criados manualmente nós e sub-nós, em acordo com os tópicos e as práticas apresentadas acima, para, através da “pesquisa de palavras-chaves”, ser possível identificar a frequência de divulgação.

2) No entanto, mesmo detectada a presença de indicadores, muitas vezes as empresas omitem a informação, ou não implementam a prática informada (Diaz-Sarachaga, 2021). Assim, para minimizar a inconsistência entre as divulgações dos relatórios de sustentabilidade (Garcia-Torres et al., 2017; Diaz-Sarachaga, 2021), na realização da pesquisa de palavras-chaves, para cada nó e sub-nó, foi possível verificar e excluir manualmente indicadores que mesmo divulgados pelas empresas não são implementados.

3) Foram então, desconsiderados os indicadores, que mesmo relatados não eram mensurados, que eram considerados informações confidenciais, que foram omitidos ou que não tinham informações disponíveis até a publicação do relatório. Esse processo foi facilitado, uma vez que todas as empresas apresentam um sumário com os indicadores GRI.

4) Após essa etapa, foi realizada uma consulta de conficação de matriz, onde foi possível identificar a presença (1) ou ausência (0), das práticas informadas, ou seja, se a empresa implementou a práticas foi-lhe atribuída a pontuação “1”; caso contrário, foi-lhe atribuída a pontuação “0”. O processo também foi realizado manualmente, afim de confirmar os resultados apresentados.

Capítulo 4

Esta seção apresenta os resultados da análise de conteúdo realizada aos relatórios de sustentabilidade das cinco empresas da amostra.

4 Resultados

4.1 Identificação das Práticas Implementadas

Com base na análise de conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade das cinco empresas da amostra, foi possível identificar a quantidade de práticas sustentáveis divulgadas pelas empresas. Verificou-se que o total de práticas sustentáveis implementadas no pilar ambiental e social, é praticamente o mesmo. No pilar ambiental, foram implementadas 66 práticas e no pilar social 65. Já o pilar econômico é o que menos possui práticas implementadas pelas empresas (24). A tabela abaixo resume a quantidade de práticas implementadas:

Empresas	Econômicas	Ambientais	Sociais
Arezzo Co	1	8	14
C&A	7	19	21
Cia. Hering	4	10	9
Grupo SOMA	7	17	9
Lojas Renner	5	12	12
Total	24	66	65

Tabela 11: Total Práticas Implementadas

Fonte: Elaborado pela autora

Apesar de a diferença observada na quantidade de práticas implementadas nos três pilares, foi possível identificar que duas empresas implementaram mais práticas do pilar ambiental (Cia Hering e Grupo Soma) e outras duas implementaram mais práticas do pilar social (Arezzo Co e a C&A). Enquanto uma empresa implementou a mesma quantidade de práticas para os dois pilares (Lojas Renner). As práticas do pilar econômico foram as menos implementadas por todas as empresas. Dessa forma, observa-se que há um desequilíbrio na implementação das práticas nas três dimensões da sustentabilidade, com a priorização de um ou dois pilares. Apesar disso, C&A, Cia. Hering e Lojas Renner, são as que apresentam maior equilíbrio de implementação das práticas sustentáveis (ambientais e sociais), como demonstrado na tabela acima.

4.1.1. Econômicas

Os resultados da análise de conteúdo mostraram que em relação às práticas econômicas, das 7 categorias compreendidas pelos tópicos econômicos, o tema mais implementado foi o “Desempenho Econômico”, que foi relatado por quatro empresas da amostra. Enquanto, os tópicos, “Impactos Econômicos Indiretos”, “Práticas de Compras” e “Combate à Corrupção”, tiveram práticas relatadas apenas por três empresas da amostra. Os tópicos com as práticas menos implementadas foram “Presença no Mercado” com duas empresas divulgando-o e “Concorrência Desleal”, com apenas uma empresa. O tópico “Tributos”, não foi divulgado por nenhuma empresa da amostra e suas quatro práticas não foram implementadas por nenhuma empresa. Verificou-se que das 17 práticas sugeridas, apenas 2 são as mais implementadas pelas empresas: “EC1: Valor econômico direto gerado e distribuído”, somente uma empresa não a relatou e “EC9: Proporção de gastos com fornecedores locais”, relatada por três empresas:

Código	Práticas Econômicas	Arezzo Co	C&A	Cia. Hering	Grupo SOMA	Lojas Renner	Nº. Total
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	0	1	1	1	1	4
EC2	Implicações Financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	0	1	0	1	0	2
EC3	Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	0	1	0	0	0	1
EC4	Apoio Financeiro recebido do governo	0	1	0	0	0	1
EC5	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local	0	0	0	1	1	2
EC6	Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade Local	0	0	0	1	0	1
EC7	Investimentos em Infraestruturas e apoio a serviços	0	1	0	1	0	2
EC8	Impactos econômicos diretos significativos	0	0	1	1	0	2
EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais	0	0	1	1	1	3
EC10	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	0	0	1	0	0	1
EC11	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	0	1	0	0	1	2
EC12	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	0	1	0	0	1	2
EC13	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	1	0	0	0	0	1
EC14	Abordagem tributária	0	0	0	0	0	0
EC15	Governança, controle e Gestão de Risco Fiscal	0	0	0	0	0	0
EC16	Engajamento de <i>Stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto a tributos	0	0	0	0	0	0
EC17	Relato país-a-país	0	0	0	0	0	0

Tabela 12: Práticas Econômicas Implementadas

Fonte: Elaborado pela Autora

Conforme aferido na tabela acima, verifica-se que dentre as práticas menos relatadas, sete práticas foram implementadas apenas por duas empresas: “EC2: Implicações Financeiras e

outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas”; “Ec5: Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local”; “EC7: Investimentos em Infraestruturas e apoio a serviços”; “EC8: Impactos econômicos diretos significativos”; “EC10: Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção”; “EC11: Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção” e “EC12: Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas”. Enquanto, quatro práticas foram divulgadas apenas por uma empresa: “EC3: Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria”; “EC4: Apoio Financeiro recebido do governo”; “EC5: Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade Local”; “EC6: Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio”.

4.1.2. Ambientais

Os resultados da análise de conteúdo mostraram que em relação as práticas ambientais, das 8 categorias abrangidas, o tópico ambiental mais relatado foi o de “Resíduos”, com todas as empresas da amostra relatando suas práticas. Os tópicos “Energia”, “Emissões” e “Avaliação Ambiental de Fornecedores”, foram divulgados por quatro empresas da amostra. Enquanto equanto, “Materiais” e “Água e Efluentes”, foram divulgados por três empresas. Os tópicos com práticas menos implementadas pelas empresas, são os relacionados à “Conformidade Ambiental” e “Biodiversidade”, que foram relatados apenas por duas e uma empresa, respectivamente.

Em relação às práticas ambientais, os resultados da análise de conteúdo mostram que das 32 práticas compreendidas, 13 práticas foram implementadas pela maioria das empresas e quatro práticas, não foram relatadas por nenhuma empresa. A prática “EN26: Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos”, foi a única divulgada por todas as empresas. Enquanto as práticas “EN4: Consumo de Energia Dentro da Organização”, “EN18: Emissões de gases de Efeito Estufa (GEE)”, “EN19: Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia” e “EN31: Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais”, foram implementadas por 4 empresas e as práticas “EN3: Produtos e suas embalagens recuperadas”, “EN11: Captação de água”, “EN20: Outras emissões inditeras de gases de efeito estufa”, “EN25: Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos”, “EN27: Resíduos gerados”, “EN28: Resíduos não destinados para disposição final”, “EN29: Resíduos destinados para disposição final” e “EN32: Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas”, foram relatadas por 3 empresas. As 32 práticas ambientais foram relatadas conforme tabela abaixo:

Código	Práticas Ambientais	Arezzo Co	C&A	Cia. Hering	Grupo SOMA	Lojas Renner	Nº. Total
EN1	Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	0	1	0	1	0	2
EN2	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	0	0	0	1	0	1
EN3	Produtos e suas embalagens recuperadas	1	1	0	1	0	3
EN4	Consumo de Energia Dentro da Organização	0	1	1	1	1	4
EN5	Consumo de Energia Fora da Organização	0	0	0	0	0	0
EN6	Intensidade Energética	0	0	1	0	1	2
EN7	Redução do Consumo de Energia	0	0	0	0	1	1
EN8	Reduções nos Requisitos Energéticos de produtos e serviços	0	0	0	0	1	1
EN9	Interações com a água como um recurso compartilhado	0	0	1	0	0	1
EN10	Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	0	1	1	0	0	2
EN11	Captação de água	0	1	1	1	0	3
EN12	Descarte de água	0	1	0	0	0	1
EN13	Consumo de água	0	1	0	0	0	1
EN14	Unidade operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental	0	0	0	0	0	0
EN15	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	0	0	0	1	0	1
EN16	Habitats protegidos ou restaurados	0	0	0	1	0	1
EN17	Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	0	0	0	1	0	1
EN18	Emissões diretas de gases de Efeito Estufa (GEE)	1	1	0	1	1	4
EN19	Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia	1	1	0	1	1	4
EN20	Outras emissões indíteras de gases de efeito estufa	0	1	0	1	1	3
EN21	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa	0	0	0	1	1	2
EN22	Redução de Emissões de gases de efeito estufa	0	1	0	0	1	2
EN23	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio (SDO)	0	0	0	0	0	0
EN24	Emissões de Nox e Sox e outras emissões atmosféricas	0	0	0	0	0	0
EN25	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	0	1	1	1	0	3
EN26	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	1	1	1	1	1	5
EN27	Resíduos gerados	1	1	0	1	0	3
EN28	Resíduos não destinados para disposição final	1	1	0	1	0	3
EN29	Resíduos destinados para disposição final	1	1	0	1	0	3
EN30	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	0	1	1	0	0	2
EN31	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	1	1	1	0	1	4
EN32	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	0	1	1	0	1	3

Tabela 13: Práticas Ambientais Implementadas

A análise também permitiu verificar que, das práticas menos divulgadas, seis práticas foram implementadas por duas empresas “EN1: Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume”, “EN6: Intensidade Energética”, “EN10: Gestão de impactos relacionados ao descarte de água”, “EN21: Intensidade de emissões de gases de efeito estufa”, “EN22: Redução de Emissões de gases de efeito estufa” e EN30: Não conformidade com leis e regulamentos ambientais”.

Enquanto, nove práticas foram relatadas apenas por uma empresa: “EN2: Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados”, “EN7: Redução do Consumo de Energia”, “EN8: Reduções nos Requisitos Energéticos de produtos e serviços”, “EN9: Interações com a água como um recurso compartilhado”, “EN12: Descarte de água”, “EN13: Consumo de água”, “EN15: Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade”, “EN16: Habitats protegidos ou restaurados” e “EN17: Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização”.

4.1.3. Sociais

A análise permitiu constatar que dos 19 tópicos das práticas sociais, os mais relatados pelas empresas são “Trabalho Infantil”, “Trabalho Forçado ou Análogo ao escravo” e “Avaliação Social de Fornecedores”, com todas as empresas divulgando suas práticas. Os tópicos “Emprego”, “Capacitação e Educação” e “Diversidade e Igualdade de Oportunidades”, foram relatados por quatro empresas da amostra. Enquanto, as práticas relacionadas aos tópicos, “Liberdade Sindical e Negociação Coletiva”, “Avaliação de Direitos Humanos” e “Comunidades Locais” foram divulgados por três empresas.

Já os tópicos “Não Discriminação”, “Políticas Públicas” e “Saúde e Segurança do Consumidor”, tiveram práticas implementadas apenas por duas empresas e os tópicos “Saúde e Segurança do Trabalhador”, “Práticas de Segurança”, “Marketing e Rotulagem” e “Privacidade do Cliente”, tiveram práticas implementadas por uma empresa. Enquanto os tópicos “Relações de Trabalho”, “Direitos dos povos Indígenas” e “Conformidade Socioeconômica”, não foram implementados por nenhuma empresa.

Em relação às práticas implementadas, identificou-se que das 40 práticas sociais compreendidas, apenas 10 práticas foram as mais implementadas pela maioria das empresas

e onze não foram implementadas por nenhuma empresa. No entanto, três foram relatadas por todas as empresas: “SC22: Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho infantil”, “SC23: Operações e Fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo” e “SC31: Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais”.

As práticas “SC18: Diversidade em órgãos de governança e empregados” e “SC32: Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas”, foram divulgadas por quatro empresas. Enquanto “SC3: Licença maternidade/ paternidade”, “SC15: Médias de horas de capacitação por anos, por empregado”, “SC17: Percentual de Empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira”, “SC21: Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco” e “SC29: Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados a comunidade local”, foram implementadas por três empresas. As 40 práticas, foram divulgadas conforme tabela abaixo:

Código	Práticas Sociais	Arezzo Co	C&A	Cia. Hering	Grupo SOMA	Lojas Renner	Nº. Total
SC1	Novas contratações e rotatividade de empregados	1	0	1	0	0	2
SC2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	0	1	0	0	0	1
SC3	Licença maternidade / paternidade	0	1	1	0	1	3
SC4	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	0	0	0	0	0	0
SC5	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	0	0	0	0	0	0
SC6	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	0	0	0	0	0	0
SC7	Serviços de saúde do Trabalho	0	0	0	0	0	0
SC8	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores, referentes a saúde e segurança do Trabalho	0	0	0	0	0	0
SC9	Capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	0	0	0	0	0	0
SC10	Promoção de Saúde do trabalhador	1	0	0	0	0	1
SC11	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	0	0	0	0	0	0
SC12	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde	0	0	0	0	0	0
SC13	Acidentes de Trabalho	1	0	0	0	0	1
SC14	Doenças profissionais	1	0	0	0	0	1
SC15	Médias de horas de capacitação por anos, por empregado	1	1	0	0	1	3

(cont.)

SC16	Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	0	1	0	0	0	1
SC17	Percentual de Empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	0	1	1	0	1	3
SC18	Diversidade em órgãos de governança e empregados	1	1	0	1	1	4
SC19	Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	0	1	0	0	1	2
SC20	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	1	0	0	1	0	2
SC21	Operações e fornecedores em que o doteiro à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	1	1	0	0	1	3
SC22	Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho infantil	1	1	1	1	1	5
SC23	Operações e Fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	1	1	1	1	1	5
SC24	Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	1	0	0	0	0	1
SC25	Casos de violação de direitos de povos indígenas	0	0	0	0	0	0
SC26	Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto de direitos humanos	0	1	0	1	0	2
SC27	Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	0	0	0	1	1	2
SC28	Acordos e contratos de investimentos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos	0	1	0	1	0	2
SC29	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade	0	1	1	1	0	3
SC30	Operações com impactos significativos negativos - reais e potenciais - nas comunidades locais	0	0	0	0	0	0
SC31	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	1	1	1	1	1	5
SC32	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	1	1	1	0	1	4
SC33	Contribuições políticas	1	0	0	0	1	2
SC34	Avaliação dos Impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	0	1	1	0	0	2
SC35	Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causadas por produtos e serviços	0	1	0	0	0	1
SC36	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	0	1	0	0	0	1
SC37	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem	0	1	0	0	0	1
SC38	Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	0	1	0	0	0	1
SC39	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados dos clientes	0	1	0	0	0	1
SC40	Não conformidade com leis e regulamentos na área socioeconômica	0	0	0	0	0	0

Tabela 14: Práticas Sociais Implementadas

Observa-se que dentre as práticas menos implementadas, oito práticas foram relatadas apenas por duas empresas, “SC1: Novas contratações e rotatividade de empregados”, “SC19: Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens”, “SC20: Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas”, “SC26: Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto de direitos humanos”, “SC27: Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos”, “SC28: Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos”, “SC33: Contribuições políticas” e “SC34: Avaliação dos Impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços”.

Enquanto, onze práticas foram implementadas apenas por uma empresa: “SC2: Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial”, “SC10: Promoção de Saúde do trabalhador”, “SC13: Acidentes de Trabalho”, “SC14: Doenças profissionais”, “SC16: Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira”, “SC24: Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos”, “SC35: Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causadas por produtos e serviços”, “SC36: Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços”, “SC37: Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços”, “SC38: Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing”, “SC39: Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados dos clientes”.

4.2 Práticas Relevantes Encontradas

A partir da análise de conteúdo realizada nos relatórios das cinco empresas e dos resultados expostos acima, constatou-se que as práticas implementadas por todas as empresas da amostra, são relacionadas com os tópicos “Resíduos”, “Trabalho Infantil”, “Trabalho Forçado ou Análogo ao escravo” e “Avaliação Social de Fornecedores”. Dessas práticas, apenas uma refere-se ao pilar ambiental “EN26: Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos” e três referem-se ao pilar social: “SC22: Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho infantil”, “SC23: Operações e Fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo” e “SC31: Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais”. Ao todo foram 89 práticas sugeridas, sendo 17 do

pilar econômico, 32 do pilar ambiental e 40 práticas do pilar social. No entanto, verificou-se que apenas 25 práticas são as mais implementadas pela maioria das empresas, sendo que apenas 2 práticas pertencem ao pilar econômico, enquanto 13 são do pilar ambiental e 10 práticas do pilar social. Essas práticas estão resumidas, conforme tabela abaixo:

Pilar	Código	Práticas Implementadas	Nº Total de Empresas
Econômico	EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	4
	EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais	3
Ambiental	EN3	Produtos e suas embalagens recuperadas	3
	EN4	Consumo de energia dentro da organização	4
	EN11	Captação de água	3
	EN18	Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE)	4
	EN19	Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia	4
	EN20	Outras emissões inditeras de gases de efeito estufa	3
	EN25	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	3
	EN26	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	5
	EN27	Resíduos gerados	3
	EN28	Resíduos não destinados para disposição final	3
	EN29	Resíduos destinados para disposição final	3
	EN31	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	4
EN32	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	3	
Social	SC3	Licença maternidade / paternidade	3
	SC15	Médias de horas de capacitação por anos, por empregado	3
	SC17	Percentual de Empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	3
	SC18	Diversidade em órgãos de governança e empregados	4
	SC21	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	3
	SC22	Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho infantil	5
	SC23	Operações e Fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	5
	SC29	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados a comunidade local	3
	SC31	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	5
	SC32	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	4

Tabela 15: Práticas mais Implementadas por Pilar da Sustentabilidade

Fonte: Elaborado pela autora

Constata-se que a maioria das práticas mais implementadas são relacionadas à sustentabilidade ambiental, seguida da social e por último a econômica. Por outro lado, ao comparar os três pilares, observa-se que 3 práticas do pilar social foram implementadas por

todas as empresas, enquanto apenas 1 prática do pilar ambiental, e nenhuma do pilar econômico, foi relatada por todas as empresas.

Ao fazer a análise por pilar, observa-se que em relação às práticas econômicas, das 17 práticas sugeridas, apenas 2 são as mais implementadas pelas empresas, que por sua vez, uma está relacionada ao tópico “Desempenho Econômico” (EC1), que mostra como as empresas criaram e distribuíram valor financeiro e a outra refere-se ao tópico “Práticas de Compra” (EC9), que relata as negociações feitas entre as empresas e fornecedores locais.

Identificou-se que no pilar ambiental, das 13 práticas mais implementadas pelas empresas, a maioria refere-se ao tópico “Resíduos” (EN25, EN26, EN27, EN28 e EN29), ou seja, todas as práticas propostas em relação a esse tema, são implementadas. Também, destacam-se as práticas do tópico “Emissões”, que tiveram 3 práticas entre as mais implementadas (EN18, EN19 e EN20) e do tópico “Avaliação Ambiental de fornecedores”, que das suas duas práticas sugeridas, ambas foram mais implementadas pelas empresas (EN31 e EN32). Outras práticas ambientais relacionadas ao tópico “Materiais” (EN3), ao tópico “Energia” (EN4) e ao tópico “Água” (EN11), foram igualmente implementadas pela maioria das empresas da amostra.

Em relação às práticas sociais, verificou-se que das 10 práticas sociais mais implementadas, metade são relacionadas com direitos humanos, tanto nas operações próprias das empresas, quanto com fornecedores (SC21, SC22, SC23, SC31, SC32), quatro são relacionadas às condições de trabalho no ambiente interno (SC3, SC15, SC17 e SC18) e apenas uma às ações nas comunidades locais (SC29).

Capítulo 5

Esta seção discute os resultados da análise de conteúdo referente aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em análise, além de fornecer uma análise sobre as práticas de sustentabilidade encontradas nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, ambiental e social.

5 Discussão dos Resultados

A análise realizada nos relatórios, permitiu identificar que em relação à dimensão econômica da sustentabilidade, das duas práticas mais implementadas, uma delas se refere a fornecedores. Os gastos com fornecedores locais (EC9) foram relatados por três empresas da amostra, sendo que esta é uma forma das empresas gerarem valor para a economia local (Delai & Takahashi, 2008). A produção local e o estímulo dos negócios locais são uma das práticas econômicas que geram serviços para sociedade (Almeida, 2002) e aumentam os investimentos na comunidade local (Palomo-Lovinski & Hahn, 2014; Gwilt, 2014; Kumar et al., 2016).

Da mesma forma, outra prática econômica que foi relatada pela maioria das empresas foi o valor econômico direto gerado e distribuído (EC1), que é a maneira das empresas mostrarem como alocaram seus recursos financeiros e como geraram valor social e ambiental. Também através desta prática, as empresas mostram seus investimentos em pesquisa, inovação e tecnologias sustentáveis (Islam et al., 2021; Palacios-Mateo et al., 2021). Estudos anteriores mostraram que os investimentos em inovação, são essenciais para fomentar a sustentabilidade na indústria têxtil, principalmente no Brasil (Bruno & Bruno, 2009; ABIT, 2017). Nesse sentido, foi possível observar que a maioria das empresas tiveram como prioridade o investimento em tecnologias digitais (C&A, Cia Hering e Lojas Renner), principalmente devido ao Covid-19, que acelerou esse processo: *“Em 2020, aceleramos nossa jornada omnicanal, criando a assinatura “C&A Muito On. Muito Eu” (C&A, 2020)”. “O engajamento da Cia. em manter um e-commerce robusto foi fundamental para minimizar as perdas que ocorreram com o fechamento das lojas físicas” (Cia Hering, 2020); “o contexto impulsionou a evolução de um negócio mais digital e omnicanal” (Lojas Renner, 2020).*

Na perspectiva ambiental da sustentabilidade, um dos principais problemas da indústria têxtil é a quantidade de resíduos gerados, que causa impactos nas três dimensões da sustentabilidade (Armstrong & Lehew, 2011; DiVito & Bohnsack, 2017). Neste contexto, e como exposto anteriormente, o tópico “Resíduos” teve uma ênfase importante nos relatórios, onde todas as empresas afirmam fazer a gestão de seus impactos significativos (EN26), que muitas vezes é auxiliada por manuais e documentos, como por exemplo através do “Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)” (C&A, Cia Hering, Lojas Renner). A maioria também relata implementar práticas ao nível da geração de resíduos e seus impactos (EN25), a quantidade de resíduos gerados (EN27), os resíduos não destinados para disposição final (EN28), os resíduos destinados para disposição final (EN29) e produtos e suas embalagens recuperadas (EN3), que também está ligada à reciclagem de resíduos.

Com a gestão correta de resíduos e a eliminação de perdas, além de uma melhor qualidade na produtividade (Almeida, 2002; Correia, 2020), também se diminuem os custos dos produtos (Mafini & Muposhi, 2017), uma vez que esses resíduos são levados para reciclagem e reaproveitados em outras cadeias de valor (Kirchherr et al., 2017; Notten, 2020). Nesse sentido, projetos e parcerias são igualmente implementadas pelas empresas em relação ao tema, que vão desde programas como “Aterro Zero” da Arezzo Co onde os resíduos “*são destinados ao coprocessamento e ao reaproveitamento energético*” (Arezzo Co, 2020), até parcerias para upcycling de produtos com defeitos “*Somente no ano de 2020 foram coletadas e consertadas para revenda 59.700 peças do Grupo SOMA*” (Grupo SOMA, 2020).

Além dessas práticas, a maioria das empresas têm compromisso com o controle da quantidade de emissões de GEE gerados por suas atividades, no qual apresentam seus inventários relacionados a emissões diretas de carbono (EN18) e emissões indiretas (EN19) (Arezzo, C&A, Grupo Soma e Lojas Renner) e outros tipos de emissões (EN20) (C&A, Grupo Soma e Lojas Renner). Confirmando o cenário anterior, dos seus comprometimentos com a gestão eficiente de resíduos, visto que a quantidade de roupas e materiais levados para aterros (Ellen MacArthur Foundation, 2017), são um dos graves causadores das emissões de carbono e mudanças climáticas na indústria têxtil (Quantis, 2018; Peters et al., 2021). Outras práticas ambientais como consumo de energia (EN4) e a captação de água (EN11), foram implementadas pela maioria das empresas e são formas de as empresas conseguirem maior eficiência em seus processos e atividades (Bruno, 2017), através da redução do consumo de recursos naturais, da redução de custos com a captação de água da chuva, por exemplo (Bastian & Rocco, 2009) e da redução de emissões atmosférica com o controle do uso de energia (ABIT, 2017; Notten, 2020)

A colaboração com os fornecedores, bem como seu monitoramento são formas essenciais para a indústria têxtil reduzir os impactos ambientais (Resta et al., 2015) e os riscos sociais de sua cadeia de valor (Notten, 2020). Dessa forma, em relação aos fornecedores, as práticas relacionadas ao tópico “Avaliação ambiental de fornecedores”, são realizadas pela maioria das empresas da amostra. As empresas relataram contratar novos fornecedores com critérios ambientais (EN31) (Arezzo Co, C&A, Cia Hering e Lojas Renner), além de gerenciar os impactos negativos que suas ações podem causar (EN32) (CEA, Cia Hering e Lojas Renner). Além disso, também oferecem treinamentos e capacitação a respeito da melhor gestão dos temas ambientais (CEA, Cia Hering e Lojas Renner).

Ao olharmos pela dimensão social da sustentabilidade, as questões relacionadas aos fornecedores são um ponto crítico para o setor (DiVito & Bohnsack, 2017; EEB, 2020), principalmente, em relação aos países em desenvolvimento, onde são conhecidos as péssimas condições de trabalho e violação dos direitos humanos, através de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo (Nayak et al., 2019; Gondak & Francisco, 2020; EEB, 2020). Nesse sentido, a maioria das empresas afirma não possuir operações, nem fornecedores com riscos para a liberdade sindical (SC21) e tomar medidas sobre os possíveis impactos sociais negativos que podem ocorrer na cadeia de fornecimento (SC32). Um destaque importante nos relatórios, que vale ressaltar, é o facto de a avaliação social dos fornecedores e a contratação de novos fornecedores (SC31), ser um compromisso de todas as empresas da amostra, onde a maioria relata possuir códigos de ética e conduta específicos que os fornecedores devem seguir (C&A, Cia Hering e Lojas Renner).

O monitoramento sobre os riscos de trabalho infantil (SC22), forçado ou análogo ao escravo (SC23), também são práticas implementadas por todas as empresas. Esse monitoramento é realizado através de auditorias periódicas a todos os fornecedores (Arezzo Co, C&A, Cia. Hering, Grupo Soma e Lojas Renner), onde a maioria das empresas relataram possuir canais de denúncia para serem informadas de irregularidades que possam ocorrer (C&A, Cia Hering, Grupo Soma e Lojas Renner). Esses resultados corroboram os de estudos realizados em outros países (exemplo, Köksal et al., 2017; Garcia-Torres et al., 2017; Bubicz et al., 2021) e evidenciam que as práticas de avaliação de fornecedores em países em desenvolvimento, não são negligenciadas, conforme postulado (Köksal et al., 2017).

Dentre as práticas sociais mais implementadas, estão as ações e engajamento nas comunidades (SC29). Através de doações de dinheiro, produtos ou mesmo projetos e parcerias, as empresas fomentam o desenvolvimento da comunidade local (Bubicz et al.,

2021). A C&A possui um Programa Voluntariado “*focado nas necessidades das comunidades nas quais estamos presentes como negócio*” (C&A, 2020); A Cia Hering possui um projeto de capacitação e mentoria sobre empreendedorismo e negócios: “*Em 2020, também impulsionamos o empreendedorismo consciente por meio do Programa Criação (...) Capacitamos 616 pessoas*”; O Grupo Soma, possui parceria que “*apoia o povo Yawanawa e a estruturação de sua cadeia artesanal, impactando de forma positiva a renda de 160 artesãos.*” (Grupo Soma, 2020).

Além dessas, outras práticas sociais internas (Phan et al., 2020), como oferecer em seus planos de benefícios licença maternidade/ paternidade (SC3), realizar treinamento (SC15) e avaliação de desempenho dos funcionários (SC17), são implementadas pela maioria das empresas. No mesmo sentido, a diversidade em órgão de governança e empregados (SC18), é uma prioridade da maioria das empresas e foi uma das práticas sociais internas que mais se destacou nos relatórios. Constatou-se que a diversidade também é promovida de outras formas (Palomo-Lovinski & Hahn, 2014), por exemplo através de treinamentos sobre “*naturalidade de corpos, racismo estrutural, representatividade LGBTQIA+, linguagem inclusiva e inclusão de PCDs*” (Grupo Soma, 2020), no qual, várias têm como ODS prioritário, o 5 – diversidade e igualdade de gênero (Arezzo Co, C&A, Grupo Soma e Lojas Renner).

A partir do exposto, foi possível identificar que as práticas de sustentabilidade mais enfatizadas pelas empresas, são relacionadas a fornecedores, nas três dimensões da sustentabilidade. A avaliação e o monitoramento de fornecedores, tanto em critérios ambientais, quanto em critérios sociais estão entre as mais implementadas pelas empresas da amostra e são bastante citadas na literatura (Resta et al., 2015; ABIT, 2017; Köksal et al., 2017; Garcia-Torres et al., 2017; Nayak et al., 2019; Saygili et al., 2019; Notten, 2020; Bubicz et al., 2021; Islam et al., 2021). É importante destacar essas práticas, visto que, através delas as empresas se responsabilizam pelos riscos iminentes de toda cadeia de produção têxtil (Köksal et al., 2017), ao mesmo tempo que provocam tendências de mercado em prol da sustentabilidade (ABIT, 2017). Assim, ao se considerar o modelo do Triple Botton Line, no qual sustentabilidade é o equilíbrio entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, ambiental e social, constata-se que ainda há um grande desequilíbrio na implementação desses pilares (Elkington, 1994). Os resultados do presente estudo corroboram os achados na literatura (Elkington, 1994; Pope, et al., 2004; Pieroni et al., 2019), uma vez que há a priorização de implementação de práticas dos pilares ambientais e sociais, enquanto o pilar econômico é o menos contemplado

Por outro lado, uma vez que as práticas econômicas aqui identificadas fomentam o emprego e a produção local, além do investimento em digitalização, pode afirmar-se que as empresas também implementaram a sustentabilidade econômica, para gerar valor social, através de ganhos não financeiros (Phan et al., 2020), através de uma melhor experiência e fidelidade do cliente. Simultaneamente, as empresas implementam práticas ambientais para uma melhor gestão da quantidade de resíduos, produtos, materiais descartados e redução do consumo de recursos naturais (Almeida, 2002). Nesse sentido, ao olharmos na perspectiva do TBL, infere-se que a sustentabilidade ambiental é implementada para minimizar a perda de valor, que, eventualmente, pode ocorrer (Gibbes et al., 2020), além de procurar manter a qualidade do ecossistema, através de medidas que diminuam as emissões para atmosfera, que por sua vez também reduzem os riscos para a saúde humana (DiVito & Bohnsack, 2017). Já as práticas sociais implementadas, promovem o enriquecimento cultural (Khan, 2016), o combate a desigualdade (Colantonio, 2009) e o bem-estar dos colaboradores (Bebbington, 2008), ao mesmo tempo que possibilitam trocas comerciais mais justas (Kumar et al., 2016), através da preservação dos direitos humanos, com condições seguras de trabalho em toda cadeia de produção têxtil. Assim, ao considerar que a promoção do comércio justo, é uma das principais práticas da sustentabilidade econômica (Kumar et al., 2016; Lima et al., 2017), constata-se que a sustentabilidade social também é implementada com o objetivo de ser economicamente viável (Elkington, 1994).

Dessa forma, como referido por Young & Tilley (2006), as práticas econômicas realizadas pelas empresas se relacionam com o pilar social, através dos investimentos realizados e empregos proporcionados (EC1) e através dos gastos com fornecedores locais (EC9). Enquanto as práticas ambientais aqui identificadas, se relacionam com a sustentabilidade social (Young & Tilley, 2006; Kim & Kim, 2017), através de medidas que reduzem os impactos negativos para saúde humana (EN3, EN4, EN18, EN19, EN20, EN25, EN26, EN27, EN28 e EN29) e se relacionam com a sustentabilidade econômica, uma vez que as práticas implementadas reduzem os custos financeiros das empresas (EN3, EN4, EN11, EN25, EN26, EN27, EN28 e EN29) (Bastian & Rocco, 2009; Mafini & Muposhi, 2017; Gibbes et al., 2020). Além disso, também estão relacionadas à sustentabilidade econômica, visto que, influenciam as oportunidades de negócios com seus fornecedores (Spiegler & Halberstadt, 2018), através do monitoramento e rastreio dos impactos e políticas ambientais dos mesmos (EN31 e EN32). No que diz respeito as práticas sociais, estão ligadas a sustentabilidade econômica, uma vez que buscam o crescimento econômico (Young & Tilley, 2006), através da promoção do comércio justo e da responsabilidade social (Parrish, 2008) (SC3, SC21, SC22, SC23, SC29, SC31 e SC32).

Por fim, conforme o exposto acima, a tabela a seguir mostra as práticas de sustentabilidade mais relevantes para o presente estudo e suas ligações identificadas entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável, em acordo com o modelo Triple Bottom Line:

Código	Práticas de Sustentabilidade	Econômica	Ambiental	Social
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	X		X
EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais	X		X
EN3	Produtos e suas embalagens recuperadas	X	X	X
EN4	Consumo de Energia Dentro da Organização	X	X	X
EN11	Captação de água	X	X	
EN18	Emissões diretas de gases de Efeito Estufa (GEE)		X	X
EN19	Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia		X	X
EN20	Outra emissão indireta de gases de efeito estufa		X	X
EN25	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	X	X	X
EN26	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	X	X	X
EN27	Resíduos gerados	X	X	X
EN28	Resíduos não destinados para disposição final	X	X	X
EN29	Resíduos destinados para disposição final	X	X	X
EN31	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	X	X	
EN32	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	X	X	
SC3	Licença maternidade / paternidade	X		X
SC15	Médias de horas de capacitação por anos, por empregado			X
SC17	Percentual de Empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira			X
SC18	Diversidade em órgãos de governança e empregados			X
SC21	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	X		X
SC22	Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho infantil	X		X
SC23	Operações e Fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	X		X
SC29	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados a comunidade local	X		X
SC31	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	X		X
SC32	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	X		X

Tabela 16: Estrutura das Práticas em acordo com o Modelo TBL

Fonte: Elaborado pela autora

Capítulo 6

Esta seção apresenta as principais conclusões e considerações para o presente estudo, bem como suas limitações e sugestões de pesquisas futuras.

6 Conclusões, Limitações e Investigações Futuras

O presente estudo ampliou a discussão sobre as práticas de sustentabilidade que permeiam a indústria têxtil, por meio da identificação das práticas implementadas pelas empresas e sua conexão com as três dimensões do desenvolvimento sustentável, pelo que o objetivo deste estudo foi alcançado. Para atender este objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa através de uma análise de conteúdo, em relatórios de sustentabilidade de cinco empresas brasileiras.

Este estudo identificou que as práticas de sustentabilidade mais implementadas pelas empresas são as práticas ambientais. A preocupação com a elevada quantidade de resíduos gerados e as emissões provenientes das atividades do setor, são manifestadas por todas as empresas. Dessa forma, a sustentabilidade ambiental nas empresas, tende a ser implementada por meio da gestão dos impactos negativos (Delai & Takahashi, 2008), causados pelo setor, tanto em suas atividades próprias, quanto na de seus fornecedores.

No que diz respeito às práticas sociais, verificou-se que a prioridade das empresas têxteis, está relacionada com a avaliação e o monitoramento de seus fornecedores. Assim, pode afirmar-se que a sustentabilidade social é implementada através da confiança compartilhada entre as empresas e seus fornecedores, ou seja, através do capital social (Weingaertner & Moberg, 2014) e através da promoção de práticas operacionais justas (Bebbington, 2008; Colantonio, 2009).

Em relação às práticas econômicas, constatou-se que as práticas realizadas estimulam a economia e a produção local, logo, a sustentabilidade econômica foi promovida com intuito de gerar serviços para a comunidade (Almeida, 2002), através do fomento da inovação e da criação de valor social e econômico (Schaltegger & Wagner, 2011).

Este estudo contribui para o avanço da teoria, através da literatura acerca do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade aplicada na indústria têxtil no Brasil, ou seja, permite avançar com a compreensão de como a sustentabilidade em países em desenvolvimento é aplicada na indústria têxtil. Evidencia ainda, que as principais práticas implementadas são relacionadas a fornecedores, sobretudo em critérios sociais, o que reforça ainda mais a complexidade e a fragmentação de toda cadeia têxtil (Hiratuka et al., 2008), ao mesmo tempo que mostra os esforços de países em desenvolvimento com este tema. De igual modo, reforça que a tecnologia, principalmente na indústria nacional, é necessária, para alcançar a sustentabilidade nesta indústria (Bruno & Bruno, 2009). Esta investigação contribui ainda, com a literatura do desenvolvimento sustentável, oferecendo uma perspectiva holística dos três pilares da sustentabilidade (Bubicz, et al., 2021) e confirma que na prática, há uma dificuldade de integrar critérios ambientais, sociais e econômicos (Pope, et al., 2004; Pieroni et al., 2019).

Em termos de implicações práticas, uma vez que é essencial que as empresas informem e divulguem informações sobre suas ações (Nishimura & Gontijo, 2017), este estudo ilustra o começo dos esforços das empresas em países em desenvolvimento, para implementarem a sustentabilidade e serem mais transparentes em seus negócios. Da mesma forma, este estudo oferece orientações para gerentes e empresas que estejam dispostos a integrar práticas sustentáveis em suas estratégias. Sugere quais são as práticas essenciais para as empresas adotarem em seus negócios e continuarem competitivas (Bruno, 2017). Através da identificação das práticas implementadas pelas empresas, este estudo demonstra como as empresas estão fomentando o mercado em direção a um desenvolvimento mais sustentável (Schaltegger & Wagner, 2011) e como a sustentabilidade é praticada no ambiente dos negócios. Ademais, reforça como a adoção de práticas de sustentabilidade, são necessárias e benéficas, tanto no meio interno, quanto externo das empresas.

Esta investigação não está livre de limitações, que por sua vez, oferecem oportunidades de novas linhas de investigação futura. A principal limitação deste estudo, se apresenta na fonte de dados preexistentes, uma vez que ao utilizar os relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas, a análise de conteúdo pode ser falível e não refletir todas as informações neles contidas. Para além disso trata-se de informação recolhida com base no auto-relato das empresas, não tendo a investigadora confirmado *in loco*. Assim, pesquisas futuras poderiam replicar esta pesquisa através de um método misto de coleta e análise de dados, para uma maior compreensão das informações.

Outra limitação, é a quantidade de empresas da amostra, como apenas cinco empresas foram consideradas para realização deste estudo, os resultados aqui presentes não podem ser generalizados. Desse modo, uma sugestão de investigação futura é o aumento do número de empresas na realização deste estudo, para tornar os resultados mais generalistas.

Identificou-se que a pandemia da Covid-19 foi um fator de grande influência nas práticas que as empresas realizaram. Desse modo, uma sugestão de investigação futura, seria revisitar os casos deste estudo e fazer um estudo longitudinal, entre as práticas divulgadas pelas empresas antes e depois da pandemia, e perceber o impacto causado na aplicação da sustentabilidade nas suas três dimensões.

Por fim, as práticas mais implementadas neste estudo, referem-se a fornecedores, dessa forma outra sugestão, seria verificar a influência de cada *stakeholder* da cadeia de valor têxtil, na implementação de práticas de sustentabilidade nas três dimensões consideradas neste estudo.

Referências Bibliográficas

- ABIT. Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (2012). Têxtil e Confecção: Inovar, Desenvolver e Sustentar. Econtro da Indústria para Sustentabilidade. Brasília.
- ABIT. Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (2013). Indústria Têxtil e de Confecção Brasileira. Brasília.
- ABIT. Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (2017). O setor têxtil e de confecção e os desafios da sustentabilidade. Brasília.
- ABIT. Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (2019). Perfil do Setor. Disponível em: <https://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>. Acesso em: 02.04.2021.
- Alazzani, A., & Wan-Hussin, W. N. (2013). Global Reporting Initiative's environmental reporting: A study of oil and gas companies. *Ecological indicators*, 32, 19-24.
- Albino, C. (2017). À procura de práticas sábias: design e artesanato na significação dos territórios. Coimbra: *CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato*.
- Almeida, F. (2002). O Bom Negócio da Sustentabilidade (1ª edição ed.). *Rio de Janeiro: Nova*.
- Abreu, M. C. S. De, Castro, F. De, Soares, F. D. A., & Silva Filho, J. C. L. Da. (2012). A comparative understanding of corporate social responsibility of textile firms in Brazil and China. *Journal of Cleaner Production*, 20(1), 119–126. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.08.010>
- Arezzo Co. (2020). Relatório Anual 2020. Disponível em: <https://ri.arezzoco.com.br/governanca-corporativa/relatorio-de-sustentabilidade/>
- Armstrong, C. M., & LeHew, M. L. (2011). Sustainable apparel product development: In search of a new dominant social paradigm for the field using sustainable approaches. *Fashion Practice*, 3(1), 29-62.
- ATP. Associação Têxtil e Vestuário de Portugal. (2019). Pode a ITV ser circular?
- B3. (2021). A Bolsa do Brasil. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/. Acesso em: 15.03.2021
- Baig, S. A., Abrar, M., Batool, A., Hashim, M., & Shabbir, R. (2020). Barriers to the adoption of sustainable supply chain management practices: Moderating role of firm size. *Cogent Business and Management*, 7(1). <https://doi.org/10.1080/23311975.2020.1841525>
- Bampi, B. A., & Pinheiro, E. (2017). Análise das práticas de sustentabilidade no setor de vestuário: um estudo de legislações, certificações e relatórios. XXXVII encontro nacional de engenharia de producao. ENEGEP.
- Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

- Bastian, E. Y. O., & Rocco, J. L. S. (2009). Guia técnico ambiental da indústria têxtil. São Paulo: CETESB, 85.
- Baumgartner, R. J., & Ebner, D. (2010). Corporate sustainability strategies: Sustainability profiles and maturity levels. *Sustainable Development*, 18(2), 76–89.
- Bebbington, J., Larrinaga, C. and Moneva, J.M. (2008), "Corporate social reporting and reputation risk management", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 21 No. 3, pp. 337-361. <https://doi.org/10.1108/09513570810863932>
- Bonn, I. and Fisher, J. (2011), "Sustainability: the missing ingredient in strategy", *Journal of Business Strategy*, Vol. 32 No. 1, pp. 5-14. <https://doi.org/10.1108/02756661111100274>
- Bruno, F. D. S., & Bruno, A. C. M. (2009). O papel do setor têxtil e de confecção brasileiro na liderança de um modelo sustentável de desenvolvimento. *Revista Produção Online*, 9(3). <https://doi.org/10.14488/1676-1901.v9i3.319>
- Bruno, F. D. S. (2017). A quarta revolução industrial do setor têxtil e de confecção: a visão de futuro para 2030.
- Bubicz, M. E., Dias Barbosa-Póvoa, A. P. F., & Carvalho, A. (2021). Social sustainability management in the apparel supply chains. *Journal of Cleaner Production*, 280. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124214>
- C&A. (2020). Relatório Anual 2020. Disponível em: <https://sustentabilidade.cea.com.br/pt-br/Paginas/relatoriosustentabilidade.aspx>.
- Cia Hering. (2020). Relatório Anual 2020. Disponível em: <https://ri.ciahering.com.br/cia-hering/sustentabilidade/>
- Cohen, B., Smith, B., & Mitchell, R. (2008). Toward a sustainable conceptualization of dependent variables in entrepreneurship research. *Business Strategy and the Environment*, 17(2), 107–119. <https://doi.org/10.1002/bse.505>
- Cohen, B., & Winn, M. I. (2007). Market imperfections, opportunity and sustainable entrepreneurship. *Journal of Business Venturing*, 22(1), 29–49. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2004.12.001>
- Colantonio, A. (2009). Social sustainability: a review and critique of traditional versus emerging themes and assessment methods.
- Correia, J. M. F. (2020). Transição das práticas de produção mais limpa para economia circular: survey por porte em indústrias têxteis localizadas no Brasil.
- Costa, A. C. R. D., & Rocha, É. R. P. D. (2009). Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação.
- Delai, I., & Takahashi, S. (2008). Uma Proposta De Modelo De Referência Para Mensuração Da Sustentabilidade Corporativa. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 2(1), 19–40. <https://doi.org/10.5773/rgsa.v2i1.59>

- Desore, A., & Narula, S. A. (2018). An overview on corporate response towards sustainability issues in textile industry. *Environment, Development and Sustainability*, 20(4), 1439–1459. <https://doi.org/10.1007/s10668-017-9949-1>
- Diaz-Sarachaga, J. M. (2021). Shortcomings in reporting contributions towards the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*.
- DiVito, L., & Bohnsack, R. (2017). Entrepreneurial orientation and its effect on sustainability decision tradeoffs: The case of sustainable fashion firms. *Journal of Business Venturing*, 32(5), 569–587.
- Dyllick, T., & Hockerts, K. (2002). Beyond the business case for corporate sustainability. *Business strategy and the environment*, 11(2), 130-141.
- Elkington, J. (1994). Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. *California Management Review*, 36(2), 90-100.
- Ellen MacArthur Foundation. (2017). A New Textiles Economy: Redesigning Fashion's Future.
- EEB. European Environmental Bureau. (2020). European Strategy for Sustainable Textile, Garments, Leather and Footwear. Disponível em: <https://eeb.org/library/european-civil-society-strategy-for-sustainable-textile-garments-leather-and-footwear/>
- Feil, A. A., & Schreiber, D. (2017). Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(3), 667–681. <https://doi.org/10.1590/1679-395157473>
- Fiorin, M. (2019). *Vestuário Sustentável : Análise Das Características Do Modo De Issn : 2359-1048*. (January 2018).
- Flick, U. (2009). *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Freise, M., & Seuring, S. (2015). Social and environmental risk management in supply chains: a survey in the clothing industry. *Logistics Research*, 8(1), 1–12. <https://doi.org/10.1007/s12159-015-0121-8>
- Fung, Y. N., Choi, T. M., & Liu, R. (2020). Sustainable planning strategies in supply chain systems: proposal and applications with a real case study in fashion. *Production Planning and Control*, 31(11–12), 883–902. <https://doi.org/10.1080/09537287.2019.1695913>
- Garcia-Torres, S., Rey-Garcia, M., & Albareda-Vivo, L. (2017). Effective disclosure in the fast-fashion industry: from sustainability reporting to action. *Sustainability*, 9(12), 2256.
- Gast, J., Gundolf, K., & Cesinger, B. (2017). Doing business in a green way: A systematic review of the ecological sustainability entrepreneurship literature and future research directions. *Journal of Cleaner Production*, 147, 44–56.

<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.01.065>

- Gibbes, C., Hopkins, A. L., Díaz, A. I., & Jimenez-Osornio, J. (2020). Defining and measuring sustainability: a systematic review of studies in rural Latin America and the Caribbean. *Environment, Development and Sustainability*, 22(1), 447–468. <https://doi.org/10.1007/s10668-018-0209-9>
- Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Gondak, M. de O., & Francisco, A. C. (2020). Avaliação de práticas sustentáveis em modelos de negócios da indústria têxtil de moda rápida (fast fashion). *Brazilian Journal of Development*, 6(2), 5894–5905. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n2-045>
- Gorini, A. P. F. (2000). Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas.
- GRI. Global Reporting Initiative (2002). Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI) – Versão Brasileira. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/diretrizes-para-relatorios-da-sustentabilidade-gri-versao-2002/>
- GRI. Global Reporting Initiative (2016). GRI Standards By Language. Tradução para o português. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/download-the-standards/>. Acesso em: 17.03.2021
- GRI. Global Reporting Initiative (2021). ABOUT GRI. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/>. Acesso em: 17.03.2021
- Grupo Soma. (2020). Relatório Anual 2020. Disponível em: <https://www.somagruposoma.com.br/investidores/relatorios-anuais/>
- Hallinger, P. (2020). Analyzing the intellectual structure of the Knowledge base on managing for sustainability, 1982–2019: A meta-analysis. *Sustainable Development*, (May), 1–14. <https://doi.org/10.1002/sd.2071>
- Helou, M. M. (2015). Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em empresas do setor alimentício ao redor do mundo. 29 p. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- Hiratuka, C., Viana, C., Araújo, R. D., Mello, C. H., & Ulharuzo, C. G. (2008). Relatório de acompanhamento setorial têxtil e confecção. Brasília: ABDI/UNICAMP.
- IISD. (1992). Business strategy for sustainable development: Leadership and accountability for the '90s.
- Islam, M. M., Perry, P., & Gill, S. (2021). Mapping environmentally sustainable practices in textiles, apparel and fashion industries: a systematic literature review. *Journal of Fashion Marketing and Management*, 25(2), 331–353. <https://doi.org/10.1108/JFMM-07-2020-0130>

- Jung, S., & Jin, B. (2014). A theoretical investigation of slow fashion: Sustainable future of the apparel industry. *International Journal of Consumer Studies*, 38(5), 510–519. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12127>
- Kamal, Y., & Deegan, C. (2013). Corporate social and environment-related governance disclosure practices in the textile and garment industry: Evidence from a developing country. *Australian Accounting Review*, 23(2), 117–134. <https://doi.org/10.1111/j.1835-2561.2012.00205.x>
- Karell, E., & Niinimäki, K. (2020). A mixed-method study of design practices and designers' roles in sustainable-minded clothing companies. *Sustainability (Switzerland)*, 12(11). <https://doi.org/10.3390/su12114680>
- Kemper, J. A., Hall, C. M., & Ballantine, P. W. (2019). Marketing and sustainability: Business as usual or changing worldviews? *Sustainability (Switzerland)*, 11(3), 1–17.
- Khan, R. (2016). How frugal innovation promotes social sustainability. *Sustainability (Switzerland)*, 8(10). <https://doi.org/10.3390/su8101034>
- Kim, D., & Kim, S. (2017). Sustainable supply chain based on news articles and sustainability reports: Text mining with Leximancer and DICTION. *Sustainability (Switzerland)*, 9(6). <https://doi.org/10.3390/su9061008>
- Kirchherr, J., Reike, D., & Hekkert, M. (2017). Conceptualizing the circular economy: An analysis of 114 definitions. *Resources, Conservation and Recycling*, 127(April), 221–232. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2017.09.005>
- Köksal, D., Strähle, J., Müller, M., & Freise, M. (2017). Social sustainable supply chain management in the textile and apparel industry—a literature review. *Sustainability (Switzerland)*, 9(1), 1–32. <https://doi.org/10.3390/su9010100>
- Kumar, P., Robins, A., & Apsimon, H. (2016). What is sustainable fashion? *Journal of Fashion Marketing and Management*, 327–331.
- Lee, Y. H., & Seo, Y. W. (2018). Strategies for sustainable business development: Utilizing consulting and innovation activities. *Sustainability (Switzerland)*, 10(11), 1–19.
- Leoneti, A., Nirazawa, A., & Oliveira, S. (2016). Proposta de índice de sustentabilidade como instrumento de autoavaliação para micro e pequenas empresas (MPes). *REGE - Revista de Gestão*, 23(4), 349–361.
- Lima, B. L., Camargo, C. W., Barp, D. R. A., & Rüttschiling, E. A. (2017). Critérios para avaliação da sustentabilidade em marcas de moda. *Design & Tecnologia*, 7(14), 59–68.
- Lojas Renner. (2020). Relatório Anual 2020. Disponível em: <https://lojasrenner.mzweb.com.br/a-companhia/relatorio-anual/>
- Lou, X., & Cao, H. (2019). A comparison between consumer and industry perspectives on sustainable practices throughout the apparel product lifecycle. *International Journal of*

- Fashion Design, Technology and Education, 12(2), 149–157.
doi: 10.1080/17543266.2018.1546907
- Lu, Yonglong; Nakicenovic, Nebojsa; Visbeck, Martin ; Stevance, A.-S. (2015). Five Priorities for the UN SDGs. *Nature*, 520(April 2015), 432–433.
- Mafini, C., & Muposhi, A. (2017). The impact of green supply chain management in small to medium enterprises: Cross-sectional evidence. *Journal of Transport and Supply Chain Management*, 11(February), 0–11. <https://doi.org/10.4102/jtscm.v11i0.270>
- Mendes Júnior, B. D. O. (2017). Setor Têxtil. Caderno Setorial ETENE. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano.2, n.16.
- Nayak, R., Akbari, M., & Maleki Far, S. (2019). Recent sustainable trends in Vietnam's fashion supply chain. *Journal of Cleaner Production*, 225, 291–303. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.03.239>
- Niinimäki, K., & Hassi, L. (2011). Emerging design strategies in sustainable production and consumption of textiles and clothing. *Journal of Cleaner Production*, 19(16), 1876–1883. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.04.020>
- Nishimura, M. D. L., & Gontijo, L. A. (2017). Vestuário Sustentável. *Pensamento & realidade*, 32(2), 110.
- Notten, P. (2020). Sustainability and Circularity in the Textile Value Chain: Global Stocktaking.
- ONU. Organização das Nações Unidas (2015). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/17>. Acesso em: 20.02.2021.
- Padilha, M. L. D. M. L. (2009). *Indicadores de desenvolvimento sustentável para o setor têxtil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Palacios-Mateo, C., van der Meer, Y., & Seide, G. (2021). Analysis of the polyester clothing value chain to identify key intervention points for sustainability. *Environmental Sciences Europe*, 33(1). <https://doi.org/10.1186/s12302-020-00447-x>
- Palomo-Lovinski, N., & Hahn, K. (2014). Fashion design industry impressions of current sustainable practices. *Fashion practice*, 6(1), 87-106.
- Pande, B., & Kumar Adil, G. (2019). A Value Chain Framework for Assessment of Sustainable Practices in Manufacturing Firms. *European Journal of Sustainable Development*, 8(3), 95. <https://doi.org/10.14207/ejsd.2019.v8n3p95>
- Parrish, B. (2008). Sustainability-Driven Entrepreneurship : A Literature Review Bradley D . Parrish No . 9. Sustainability Research Institute, (9).
- Patton, M. (1990). Qualitative Evaluation and Research Methods. Newbury Park, CA: Sage Publications.

- Peirson-Smith, A., & Evans, S. (2017). Fashioning Green Words and Eco Language: An Examination of the User Perception Gap for Fashion Brands Promoting Sustainable Practices. *Fashion Practice*, 9(3), 373–397. <https://doi.org/10.1080/17569370.2017.1366688>
- Perry, P., & Towers, N. (2013). Conceptual framework development: CSR implementation in fashion supply chains. *International Journal of Physical Distribution and Logistics Management*, 43(5), 478–501. <https://doi.org/10.1108/IJPDLM-03-2012-0107>
- Pessôa, C., Araújo, K., & Arruda, A. (2015). Discussing Consumption and Sustainability in Clothing Production: A Case Study of a Company in Recife/BR. *Procedia Manufacturing*, 3(Ahfe), 6175–6182. <https://doi.org/10.1016/j.promfg.2015.07.911>
- Peters, G., Li, M., & Lenzen, M. (2021). The need to decelerate fast fashion in a hot climate - A global sustainability perspective on the garment industry. *Journal of Cleaner Production*, 295, 126390. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.126390>
- Phan, T. T. H., Tran, H. X., Le, T. T., Nguyen, N., Pervan, S., & Tran, M. D. (2020). The relationship between sustainable development practices and financial performance: A case study of textile firms in Vietnam. *Sustainability (Switzerland)*, 12(15), 1–21. <https://doi.org/10.3390/SU12155930>
- Pieroni, M. P. P., McAloone, T. C., & Pigosso, D. C. A. (2019). Business model innovation for circular economy and sustainability: A review of approaches. *Journal of Cleaner Production*, 215, 198–216. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.01.036>
- Pope, J., Annandale, D., & Morrison-Saunders, A. (2004). Conceptualising sustainability assessment. *Environmental Impact Assessment Review*, 24(6), 595–616. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2004.03.001>
- Postal, F. (2018). A sustentabilidade enquanto estratégia na indústria têxtil e de confecções: um olhar a partir das empresas do município de Guaporé no Rio Grande do Sul.
- Quantis. 2018. Measuring Fashion: Environmental Impact of the Global Apparel and Footwear Industries.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). Manual de Investigação em Ciências sociais, trad. João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho, 2ª Ed.(1ª ed. 1995), Lisboa: Gradiva.
- Redclift, M. (2005). An Oxymoron Comes of Age. *Sustainable Development*, 13(4), 212–227.
- Resta, B., Dotti, S., Boffelli, A., & Gaiardelli, P. (2015, September). Environmental management practices for the textile sector. In IFIP international conference on advances in production management systems (pp. 625-631). Springer, Cham.
- Roca, L. C., & Searcy, C. (2012). An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, 20(1), 103–118.

<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.08.002>

- Rotimi, E. O. O., Topple, C., & Hopkins, J. (2021). Towards a conceptual framework of sustainable practices of post-consumer textile waste at garment end of lifecycle: A systematic literature review approach. *Sustainability (Switzerland)*, 13(5). <https://doi.org/10.3390/su13052965>
- Saygili, E., Saygili, A. T., & Yargi, S. G. (2020). An analysis of the sustainability disclosures of textile and apparel companies in turkey. *Tekstil ve Konfeksiyon*, 29(3), 189–196. <https://doi.org/10.32710/tekstilvekonfeksiyon.471049>
- Schaltegger, S., & Wagner, M. (2011). Sustainable entrepreneurship and sustainability innovation: Categories and interactions. *Business Strategy and the Environment*, 20(4), 222–237. <https://doi.org/10.1002/bse.682>
- Shi, L., Han, L., Yang, F., & Gao, L. (2019). The Evolution of Sustainable Development Theory: Types, Goals, and Research Prospects. *Sustainability (Switzerland)*, 11(24), 1–16. <https://doi.org/10.3390/su11247158>
- Shields, D. J., Šolar, S. V., & Martin, W. E. (2002). The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability. *Ecological Indicators*, 2(1–2), 149–160. [https://doi.org/10.1016/S1470-160X\(02\)00042-0](https://doi.org/10.1016/S1470-160X(02)00042-0)
- Silva, D. P. A., Figueiredo Filho, D. B., & da Silva, A. H. (2015). O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. *Revista Política Hoje*, 24(2), 119–134.
- Sneddon, C., Howarth, R. B., & Norgaard, R. B. (2006). Sustainable development in a post-Brundtland world. *Ecological Economics*, 57(2), 253–268. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2005.04.013>
- Spiegler, A. B., & Halberstadt, J. (2018). SHEstainability: how relationship networks influence the idea generation in opportunity recognition process by female social entrepreneurs. *International Journal of Entrepreneurial Venturing*, 10(2), 202–235.
- Stafford-Smith, M., Griggs, D., Gaffney, O., Ullah, F., Reyers, B., Kanie, N., ... O'Connell, D. (2017). Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals. *Sustainability Science*, 12(6), 911–919. <https://doi.org/10.1007/s11625-016-0383-3>
- Stewart, R., & Niero, M. (2018). Circular economy in corporate sustainability strategies: A review of corporate sustainability reports in the fast-moving consumer goods sector. *Business Strategy and the Environment*, 27(7), 1005–1022.
- UNEP. United Nations Environment Program. (2011). The Chemicals in Products Project: Case Study of the Textiles Sector.
- UNESCO. Comissão Nacional da Unesco (2021). Os 17 ODS. Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/os-17-ods>. Acesso em: 02.03.2021

- UNIETHOS. (2013). Sustentabilidade e competitividade na cadeia de moda: estudos setoriais. São Paulo.
- Van Bellen, H. M. (2005). Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. FGV editora.
- WCED. World Commission On Environment And Development (1987). Our common future. Oxford University Press.
- Weingaertner, C., & Moberg, Å. (2014). Exploring social sustainability: Learning from perspectives on urban development and companies and products. *Sustainable Development*, 22(2), 122–133. <https://doi.org/10.1002/sd.536>
- Yin, R. (2001). Estudo de caso: Planejamento e métodos (2 ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Young, W., & Tilley, F. (2006). Can businesses move beyond efficiency? The shift toward effectiveness and equity in the corporate sustainability debate. *Business Strategy and the Environment*, 15(6), 402-415.